



ATA N.º 4/23

FL. N.º 175

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA
12 DE SETEMBRO DE 2023**

N.º 4/2023/AM

LOCAL: Salão Nobre dos Paços do Concelho;

HORA: Sessão agendada para as 20 horas de 12 de setembro de 2023;

Mesa (CDS/PP):

O Presidente da Assembleia Municipal: Manuel Miguel Pinheiro Paiva;

1º Secretário: Jorge Manuel Santos Silva;

2ª Secretária: Rita Alexandra Alves Casal.

Membros eleitos pelo CDS/PP:

- José António Abrantes Soares de Almeida;
- Simão Pedro Nogueira da Silva Dias;
- Sónia Isabel Vide Almeida Rodrigues Sá;
- José do Nascimento Peres;
- José Augusto Tavares Ferreira;
- Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro;
- Daniel Alexandre Martins Gonçalves;
- Manuel Domingos Fernandes de Almeida;
- Alexandra Pinho;
- Francisco Jorge Rodrigues de Sousa;

Membros eleitos pelo PS

- Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho;
- Ana Raquel Tavares Pinheiro;
- José Hermínio Tavares Fernandes;

2023.09.12

- António Miguel Pinho Martins de Castro, em suplência de Diana Martins Abrantes Leite.

Membros eleitos pelo PSD

- João Paulo Carvalho da Silva;
- Rosária de Fátima Leite Tavares;
- Ana Rita Fernandes Martins;
- Daniel Alexandre Martins Barbosa;

Presidentes das Juntas de Freguesia (CDS/PP)

- Arménio Tavares Lige, Arões;
- Nelson Fernandes de Almeida, Cepelos;
- Henrique Martins Pereira, Junqueira;
- António Luís Martins da Costa, Rôge;
- Sérgio Miguel Santos Soares, São Pedro de Castelões;
- Manuel Correia de Campos, União das Freguesias Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho;

Presidente da Junta de Freguesia (PS)

- Vítor de Sousa Tavares, JF de Macieira de Cambra;

AUSÊNCIAS:

- Diana Martins Abrantes Leite, por motivos profissionais (mensagem recebida às 11:14h de 07/09/2023, ausência justificada pela Mesa), substituída a seu pedido por António Miguel Pinho Martins de Castro.

Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, estiveram presentes em representação da Câmara Municipal:

- o Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva;



- os vereadores:

- António Alberto Almeida de Matos Gomes;
- Mónica Pinto Seixas;
- José Alexandre Coutinho de Bastos Pinho;
- André Agostinho Martins da Silva;
- Tiago Correia Fernandes;
- Frederico da Costa Martins.

A sessão foi convocada com a seguinte ordem de trabalhos:

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

- a) Informações diversas, nos termos do disposto no artigo 19.º do Regimento da Assembleia Municipal;
- b) Aprovação da ata da sessão ordinária de 26 de junho de 2023;
- c) Período de intervenção dos senhores deputados municipais e Presidentes de Junta de Freguesia.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

- 1) Para conhecimento: Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e suas alterações;
- 2) Taxa Municipal de Direitos de Passagem;
- 3) Derrama;
- 4) Participação variável no IRS;
- 5) IMI - Imposto Municipal sobre imóveis;
- 6) Aprovação do compromisso plurianual relativo ao Acordo de parceria a realizar com a Cooperativa Academia de Música de Vale de Cambra 2023/2024, no âmbito das Atividade Extra Curriculares;
- 7) Mapa de Pessoal 2023 – 2.ª alteração

- 8) Tabela de taxas do Município de Vale de Cambra – Alteração;
- 9) Regulamento das Festas de Santo António do Município de Vale de Cambra – Alteração;
- 10) Adenda ao contrato interadministrativo celebrado em 29-04-2016, com a União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho: gestão e conservação do Cemitério Municipal e Capela/Casa Mortuária;
- 11) Contratos interadministrativos de delegação de competências nas freguesias de Arões, Cepelos e Rôge (transportes escolares);
- 12) Empreendimentos de carácter estratégico – reconhecimento de interesse público estratégico do imóvel/terreno classificado parcialmente como equipamento no Plano Diretor Municipal e identificado na Estratégia Local de Habitação para promover a construção de habitação social;
- 13) Eleição de um Presidente de Junta e seu substituto (também Presidente de Junta), para representar as Juntas de Freguesia do Município, no XXVI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses dia 30 de setembro de 2023.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO de harmonia com o número 1 do artigo 49.º, do Anexo I, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e suas alterações.

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO: Aprovação do texto e respetivas minutas.

Pelas 20 horas e 5 minutos, verificando-se a existência de quórum, dada a presença de 28 deputados municipais, **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, cumprimentou os presentes e **declarou aberta a sessão.**

Comunicou a ausência da deputada municipal que, a seu pedido, foi substituída nos termos do artigo 79.º da Lei 169/99, de 18 de setembro e suas alterações.



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

a) Informações diversas, nos termos do disposto no artigo 19.º do Regimento da Assembleia Municipal;

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, prestou algumas informações relativas a eventos nos quais representou a Assembleia Municipal, incluindo a menção a alguma correspondência relevante, disponibilizando para consulta aos deputados municipais presentes, o dossier com a correspondência recebida desde a última sessão.

b) Aprovação da ata da sessão ordinária de 26 de junho de 2023:

A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata da sessão ordinária de 26 de junho de 2023, por unanimidade dos 28 membros presentes.

c) Período de intervenção dos senhores deputados municipais e presidentes de junta de freguesia:

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal abriu o período de inscrições, dando a palavra aos D.M. - Deputados Municipais, pela ordem de inscrição:

Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho, após ter cumprimentado os presentes, elogiou o Sr. Presidente da Assembleia Municipal pela realização da sessão da Assembleia Municipal à terça-feira, e acrescentou que só faltava a transmissão online; perguntou se já tinha uma resposta para o pedido dos documentos relativos ao PDM, que a bancada do PS fizera; relativamente ao cinema, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, se já tinham sido aplicadas as multas, quando acabava a obra e para quando estava prevista a sua inauguração; perguntou qual o orçamento anual previsto para esse espaço; sobre o que se passou na última sessão da Assembleia Municipal, na sua qualidade de líder da bancada do PS, lamentou a forma como alguns membros da bancada do CDS se dirigiram à sua bancada, dizendo considerar "feio", afirmarem que não defendiam

2023.09.12

o concelho, tendo, por isso apelado aos membros da bancada do CDS que proferiram essas palavras, que trabalhem por Vale de Cambra, pois o lema da sua bancada é todos por Vale de Cambra, não é só alguns, é todos.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal Miguel Paiva disse ter tido a oportunidade de transmitir, telefonicamente, ao Sr. D.M. Jorge Tiago Pinho, que o pedido da bancada do Partido Socialista foi despachado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, favoravelmente, e que esteve em contacto com o gabinete do PDM, concretamente com o Dr. Armando Ribeiro, que lhe deu conta da dificuldade em copiar um imenso número de documentos, dado que existem ficheiros que exigem programas próprios para abrir, além de que, alguns são provisórios estando em constante atualização, pelo que e face a essa dificuldade, sugeriram, conforme já transmitiu ao líder da respetiva bancada, a visita ao Gabinete do PDM, o qual estará disponível para receber os Srs, Deputados Municipais da bancada do Partido Socialista, em qualquer dia e em qualquer hora, facultando todas as informações e fornecendo qualquer tipo de cópia que queiram, para que, assim, a informação que lhes for concedida esteja sempre atualizada.

O Sr. D.M. João Paulo Carvalho da Silva, após ter cumprimentado os presentes, referiu-se a um ponto que lhe tem suscitado ao longo do tempo enorme tristeza, que é a falta da transmissão das sessões da Assembleia Municipal online, ponto que a bancada do PSD e do PS têm andado de há dois anos para cá, Assembleia após Assembleia, a pedir; mais referiu que durante o período da pandemia, as sessões desta e de outras Assembleias foram emitidas online, tendo constatado nada haver do ponto de vista jurídico, que impeça a realização das mesmas, reconhecendo o esforço brutal, que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal tem feito, para garantir que esse mecanismo importante e moderno seja uma realidade nesta Assembleia Municipal, mas que,



sucessivamente, tem recebido da parte do Sr. Presidente da Câmara, a resposta habitual, a de arrastar no tempo e de tentar adormecer a proposta, sugerindo ao Sr. Presidente da Câmara, que contratasse a equipa fantástica que fez a emissão online das festas de Santo António e que fosse criado um plano, para que através da emissão online, houvesse a divulgação e acompanhamento das sessões, por todos os Valecambrenses, estejam eles em qualquer país do mundo, dada a necessidade dos Valecambrenses saberem exatamente, o que é que cada um dos Deputados Municipais pensa e defende, e, porque mereceram o seu voto, merecem saber o que tem sido feito nas Assembleias por eles, sejam eles do interior ou mais do centro, têm o direito de poder saber se o voto de confiança que deram ao partido a,b ou c está a ser ou não honrado. Nesse âmbito, apresentou, em nome da bancada do PPD/PSD que lidera, uma Moção que, em sua opinião, é mais uma recomendação, alertando o Sr. Presidente da Câmara Municipal, para que se lembre desta questão da Assembleia Municipal, quando estiver a elaborar o próximo orçamento.

De seguida agradeceu ao Sr. Vice Presidente da Câmara Municipal, a amabilidade que teve em lhe enviar uns documentos relacionados com a piscina Junqueira/Arões da escola. Sobre este assunto, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, se seria capaz de lhe dizer qual o montante necessário para colocar esta piscina em funcionamento, pois que, sabendo o que vai agora gastar no atual projeto, pretende saber o que gastaria se tivesse de colocar em funcionamento este equipamento tão importante para o interior.

Informou que teve conhecimento que o vereador do Partido Socialista, Tiago Fernandes, apresentou uma proposta para a entrega da Medalha de Ouro à Banda de Música de Junqueira, considerando que seria mais do que merecida. Nesse âmbito disse ter ficado surpreendido com umas declarações do chefe de Gabinete do Sr. Presidente da Câmara Municipal, que numa publicação nas redes

2023.09.12

sociais, referiu haver uma vulgarização dos votos de pesar, dos votos de louvor e na atribuição das medalhas de mérito, questionando o Sr. Presidente da Câmara Municipal, se ele sabia o que o seu chefe de Gabinete queria dizer com essa afirmação, porque na sua opinião, esta “toca” no papel da Assembleia Municipal, enquanto órgão fiscalizador e “toca” nas decisões que tem sido tomadas pelos seus membros, afirmando ter dúvidas quanto à posição do Sr. Presidente, questionando-o se este se revê neste tipo de publicações. Acrescentou que enquanto membro da Assembleia Municipal, não foi tomada nenhuma decisão, votada uma moção, ou votada a entrega de uma medalha de ouro, voto de pesar, o que quer que seja, sem que tivessem sempre a consciência absoluta, de que aquela entidade ou pessoa, eram merecedoras dessa medalha. Apelou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para se demarcar desse tipo de afirmações, porque ficou chocado e triste, e tem a certeza que todos, independentemente das cores partidárias e da ideologia, que fazem parte da Assembleia Municipal, são responsáveis e, sempre que atribuem algo a alguém, é em consciência e porque as pessoas realmente merecem.

Por fim perguntou à Sr.^a Vereadora do pelouro da educação, como é que estava a decorrer o início do ano letivo e se poderia partilhar informação relativamente à construção de habitação social em Vale de Cambra, para poder avaliar com mais lucidez, o trabalho que tem vindo a ser feito pelo executivo.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal Miguel Paiva comunicou que foi entregue à Mesa, pela bancada do PPD/PSD, uma moção a qual será distribuída, para posteriormente ser discutida e votada, se assim for entendido.

O Sr. Presidente da Mesa deu continuidade às intervenções dos deputados municipais inscritos:

O Sr. D.M. e Presidente de Junta de Freguesia de Cepelos, Nelson Fernandes de Almeida, cumprimentou todos os presentes.



Disse apenas querer focar dois pontos, o primeiro sobre o alargamento da rede de saneamento, no lugar de Paçô em Cepelos, situação que tem acompanhado ao longo dos tempos, e que se tem agravado a cada dia que passa, e que se agravará ainda mais com as primeiras chuvas e a chegada do inverno, solicitando a atenção do Sr. Presidente da Câmara para esse problema que o preocupa, bem como a toda a população, que tem apresentado queixas na Junta de Freguesia.

Referiu-se em seguida à colocação dos cabos de fibra ótica, na freguesia de Capelos que, após muitos contactos, muitas queixas, muitos pedidos às juntas operadoras de telecomunicações e a outras entidades nomeadamente a ANACOM, foi iniciada, agradecendo o esforço feito pela Câmara Municipal nesse sentido, por esta ser uma mais valia importante, no dia a dia de muita gente, nomeadamente nos meios rurais.

A Sr.ª Deputada Municipal Rosária de Fátima Leite Tavares, após ter cumprimentado todos os presentes, disse que vinha expressar a sua profunda preocupação e também da bancada do PPD/PSD, relativamente ao que aconteceu na última sessão aquando da manifestação de opinião dos deputados municipais do CDS/PP, sobre o sentido de voto contra da sua bancada, nos assuntos em apreciação. Na sua opinião foi uma verdadeira "fantoçada", o que aconteceu pois não encontrou palavra mais correta, para explicar o sucedido, pois que, sendo a Assembleia Municipal o órgão de fiscalização do executivo municipal, independentemente da cor partidária do executivo, a bancada do PPD/PSD não defende cores políticas, mas defende sobretudo a legalidade dos atos. Por isso, afirmou que é com grande pena sua, que verificou que a maior parte dos membros da Assembleia não tem exercido devidamente o seu papel, considerando isso preocupante. Sobre a nomeação dos cargos de direção intermédia, a lei diz como estes devem ser nomeados, tendo o executivo feito diferente e a ANAM e o Tribunal de Contas disseram que essa forma era ilegal,

2023.09.12

estando a bancada do PSD a votar contra essa ilegalidade, quando a maior parte dos membros da Assembleia, com a dita legitimidade reforçada de 60%, a votar a favor dessa ilegalidade, e ainda a repreender as outras bancadas, humilhando-as e ofendendo-as por estarem do lado da lei. Pediu que considerassem a sua intervenção, como um apelo à responsabilidade e à ética, pois tanto a sua consciência como a da bancada do PPD/PSD estavam tranquilas.

O Sr. D.M. e Presidente de Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, Víctor de Sousa Tavares, cumprimentou todos os presentes.

Referiu que no último fim de semana de julho, a Junta de freguesia de Macieira de Cambra, promoveu o evento “Praça convida”, e foi com orgulho que sentiram que essa iniciativa criou o seu espaço junto das associações da freguesia e do Município, sendo para manter, porque tem sido uma mais valia para a cultura, e para as associações de Macieira de Cambra.

Agradeceu à Câmara Municipal o apoio dado a nível logístico, bem como, pela presença dos elementos do executivo, de alguns membros da Assembleia Municipal, na sessão de abertura.

Enalteceu o Grupo Etnográfico Terras de Cambra, fundado em 1973 por ter celebrado este ano meio século de existência, por ter assumido ser um fiel depositário e representante das danças e cantares, usos e costumes das gentes de Cambra, nos finais do século XIX início do século XX, considerando-se de uma enorme importância, a existência deste grupo para a promoção da freguesia e do concelho.

Congratulou-se pelo facto da empreitada das obras do saneamento e da rede de distribuição de água estar de novo adjudicada e espera que desta vez corra da melhor forma e que os trabalhos se iniciem o mais rapidamente possível, porque há uma grande parte do concelho, não só Macieira de Cambra, mas também



outras freguesias, que estão com graves problemas de saneamento, água, e o melhoramento das ruas que foram intervencionadas.

Sugeri a criação de um centro de recolha de resíduos urbanos provenientes das obras e para eletrodomésticos, bem como, um centro de recolha para resíduos inertes, jardins, agricultura e outros itens do género, dado que praticamente todos os dias são vistos junto aos contentores, bidés, sanitas, colchões, sacos de relva, sacos de folhas e vidro, causando um impacto visual muito negativo, não sendo do mais aconselhável, em termos de higiene e de saúde pública. Disse ser importante, tanto para as Juntas de freguesia como para o concelho, que houvesse uma preocupação na elaboração do próximo orçamento, de prever este tipo de serviço de manutenção ou a limpeza dos espaços públicos e a recolha dos resíduos, tivesse uma área dedicada a esse setor.

O Sr. D.M. José Hermínio Tavares Fernandes, cumprimentou todos os presentes.

Disse que a sua bancada, nas votações efetuadas ao longo deste mandato, teve sempre por base, o princípio da legalidade das propostas que serviram de base às decisões do executivo municipal. Entendem que não há lugar a nomeação em regime de substituição quando se trata de preenchimento de lugar que ainda não foi ocupado por dirigentes de direção intermédia de 2º grau, pois que face aos dois pareceres da ANAM e do Tribunal de Contas, essas nomeações teriam de ser precedidas de concurso público. Mais disse, que não se discute o mérito das propostas apresentadas pela Câmara Municipal, tendo-se tido como princípio básico, que se pode incorrer numa responsabilidade financeira e nesse sentido, a bancada é solidária com a vereação que deliberou sobre tais matérias e cujo voto foi contra. Quanto às intervenções dos Srs, Presidentes de Junta, disse terem sido despropositadas e desconhecedoras do entendimento jurídico, que faz com que uma decisão com base numa proposta com vício formal, torne essa proposta

2023.09.12

juridicamente inexistente, com base no vício de forma. Sendo assim, recomenda aos Sr.s Presidentes de Junta, outra postura no estudo das questões e na forma como se dirigem aos seus colegas da Assembleia Municipal.

Referiu-se ainda, a propósito da “colisão” de dois eventos, um da ACAB e outro do Sport clube de Cambra e das dúvidas sobre a legalidade do evento da ACAB, e disse, enquanto sócio-fundador da ACAB Associação Cívica Alberto Bastos, e face à intervenção do Sr. Secretário da Mesa, Jorge Silva, que certamente a Câmara Municipal não apoiava financeiramente eventos ilegais, nem era co-organizadora de eventos ilegais, tal como a Junta de freguesia de S. Pedro de Castelões, apoiava financeiramente eventos ilegais ou mesmo seria co-organizadora destes eventos! Lamenta, por isso, o que disse o Sr. Secretário sobre o assunto e, sabendo da confusão gerada por ambos os eventos à mesma hora e local, concorda que os problemas daí advindos, como a imagem e reputação do Sport clube de Cambra, possam ter ocorrido. Contudo, esclarece que a ACAB é uma entidade séria e merece como merecem todas as associações, ser tratada com seriedade, na medida em que a ACAB só pretende perpetuar a memória do professor Alberto Bastos.

Referiu-se mais uma vez à degradação da estrada que liga Paçô à Nacional 227, que merece ser arranjada, bem como à ligação de Casal de Arão para Merlães onde o piso também está completamente degradado, ao ponto de poder originar acidentes de viação.

A Sr.ª Deputada Municipal Ana Rita Fernandes Martins, cumprimentou todos os presentes e perguntou qual era o ponto de situação, relativamente à colocação de baias na estrada da Mouta Velha, em Arões, para a qual já existe um abaixo assinado da população; qual o ponto de situação relativamente à implementação de uma passadeira sobrelevada em Coelhosa, e de igual modo, em relação ao Centro de Artes e Espetáculos; perguntou se existe um Regulamento Municipal



de Trânsito, e em caso afirmativo, onde é que se encontra disponível e por último, perguntou qual foi o enquadramento real e numérico, que a Câmara Municipal deu à noite branca, e o porquê da forma e do enquadramento, dado que foram os comerciantes a organizar, deixando de ser uma aposta da Câmara Municipal.

O Sr. D.M., José António Abrantes Soares de Almeida, após ter cumprimentado todos os presentes, apresentou o seu voto de pesar pelo falecimento do Dr. Carlos Jorge de Oliveira, Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira.

Face aos comentários proferidos sobre o que se passou na última Assembleia, disse existir um procedimento para o qual há diferentes interpretações jurídicas, no que toca à sua legalidade, entendendo a bancada do CDS, que foi feito um processo legal, e por isso o defende, tomando as suas opções com total responsabilidade, perante toda a população do concelho por convicção de que estão a agir em completa legalidade. Na sua opinião os Presidentes de Junta da bancada do CDS, de Rôge, de Junqueira e de Castelões, tiveram intervenções educadas e não ultrapassaram em nada a urbanidade do comportamento numa Assembleia, querendo, com a presente intervenção, defender a dignidade de todos eles. Frisou que quando votam, tomam as suas opções em relação a situações concretas e à substância das mesmas, tendo em conta a forma responsável, e porque entendem que, na sua interpretação, é legal. Acrescentou que se a bancada do CDS/PP adotasse um comportamento, como o que foi sugerido pela Dr.ª Rosária, a Assembleia Municipal estaria a inviabilizar, a participação da marcha da União de freguesias no desfile de marchas de Santo António, estariam a inviabilizar o apoio da Câmara Municipal às Juntas de freguesia de Cepelos e de Junqueira, para a realização dos seus eventos, na defesa dos recursos endógenos dessas localidades, estariam a inviabilizar também, a alteração do mapa do quadro do pessoal, com recrutamento de

2023.09.12

peessoas que são extremamente necessárias para apoiar alguns jovens valecambrenses com maiores limitações e estariam também a rejeitar muitas outras deliberações, importantes para o concelho. Terminou dizendo que na sua bancada estão cientes da legalidade daquilo que foi decidido, com responsabilidade, perante a lei e perante todo o concelho.

O Sr. D.M. e Presidente de Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões Sérgio Miguel Santos Soares, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes.

Começou por responder ao Sr. Deputado Hermínio, dizendo que não percebeu bem as suas palavras, e que ficou com a impressão que ele disse que o Presidente da Junta de S. Pedro de Castelões andava por aí a apoiar tudo e mais alguma coisa, tudo ilegal, o que não é verdade, solicitando, por isso, que o Sr. D.M. Hermínio, esclarecesse que apoios é que a Junta de freguesia de S. Pedro de Castelões deu ilegalmente.

Parabenizou o Sr. Presidente da Câmara Municipal, mais uma vez, pelos eventos que tem efetuado, tendo sido um dos últimos o Vale Beerfest. no qual também esteve presente.

Na sua opinião tem havido uma perda de identidade, referindo-se ao vinho verde, recordando que existiram as Caves Bastos & Brandão, na freguesia de S. Pedro de Castelões, que tinham a marca de vinho verde, "Castelões", cuja comercialização acabou devido ao encerramento das caves. Nesse seguimento, informou que vão começar as vindimas, e depois mais a feira da castanha, nos dias 3, 4 e 5 de novembro, considerando ser um boa época, para fazer um festival do vinho verde, porque quem gosta de comer uma castanhinha acompanhada com vinho verde, na sua opinião, juntava-se o útil ao agradável, uma vez que o nosso concelho tem uma adega cooperativa, várias garrafeiras e vários produtores particulares, sendo uma oportunidade para essas pessoas mostrar



que a agricultura ainda vale a pena, e que se devia apostar naquilo que é de Vale de Cambra, lançando esse desafio ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, o de colaborar na organização de um festival do vinho verde, integrado na feira da castanha, porque o considerava ser muito bom, além de também manter a tradição e uma identidade, que ficava, assim, marcado por um “casamento” entre a castanha e o vinho verde.

O Sr. D.M. Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho afirmou, em relação à publicação efetuada pelo chefe de Gabinete do Sr. Presidente da Câmara, que a sua bancada considera ser grave, porque nenhum voto de pesar, louvor ou proposta de medalha, é feito sem fundamento ou de ânimo leve, sentindo que a sua bancada foi denegrada e colocou à consideração da Mesa da Assembleia, a melhor forma de reparar os danos por ela sofridos.

Esclareceu ainda que o D.M. Sérgio Soares percebeu mal a intervenção do D.M. José Hermínio, quanto à afirmação do apoio de eventos ilegais pela Câmara Municipal e Junta de freguesia de S. Pedro de Castelões, pois o que queria evidenciar era que estes não iriam apoiar ou coorganizar eventos ilegais, restando-lhe apenas lamentar o que disse o 1º Secretário sobre o assunto.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal Miguel Paiva, em resposta à bancada do PS quanto à reparação dos danos sofridos, pela publicação do chefe de Gabinete do Sr. Presidente da Câmara Municipal, nas redes sociais, disse que no seu entendimento, a Assembleia Municipal não foi ofendida, não obstante, iriam ser ouvidas as palavras e as explicações do Sr. Presidente da Câmara, para se perceber se essa mensagem era dirigida à Assembleia Municipal ou a outra entidade; de qualquer modo se vier a concluir-se que a Assembleia também é visada, obviamente que seria defendida a sua dignidade e honorabilidade.

O Sr. D.M. João Paulo Carvalho da Silva disse que aquilo que o Dr. José Soares fez na última Assembleia, foi acusar o Partido Socialista e o Partido Social

2023.09.12

Democrata, de boicote, e boicote na sua opinião, é uma palavra extremamente dura e violenta, para uma atitude que a bancada do PSD entende que é responsável para tudo o que seja voto em consciência, perante pareceres que consideram que são os corretos. Acrescentou que foi acusado pelo Sr. Deputado Dr. José Soares e por alguns Presidentes de Junta de boicotar o seu próprio futuro, e de suspender o sucesso do seu concelho, frisando que, enquanto for líder da bancada do PSD, a mesma não boicotará ninguém, apenas tem uma dúvida na legalidade de um despacho feito pelo Presidente da Câmara Municipal, e enquanto não for esclarecida essa situação, esta, como é óbvio, irá votar consoante a sua consciência e aquilo que é o entendimento da legalidade.

Referiu que gostaria que o Vereador eleito pelo PPD/PSD Frederico Martins e o Vereador eleito pelo Partido Socialista Tiago Fernandes, informassem se votam em consciência nas reuniões de Câmara, ou se estão a boicotar Vale de Cambra. Segundo o CDS/PP os Deputados das bancadas do PS e PSD fazem boicote a Vale de Cambra e, havendo também um boicote na Câmara Municipal, tal significaria que existe um duplo boicote mas, na sua opinião, não existe boicote porque tem a convicção plena de que os referidos vereadores da Câmara Municipal, bem como os Deputados da Assembleia Municipal, na oposição, votam em consciência.

O Sr. D.M. José Hermínio Tavares Fernandes esclareceu o Sr. Presidente da Junta de S. Pedro de Castelões, Sérgio Soares, quanto ao proferido por si na sua intervenção, que se relacionou com a intervenção do Sr. Secretário, Jorge Silva, que passou a ideia de que a Associação Cívica Alberto Bastos estava a promover uma prova que não tinha feito todos os procedimentos documentais necessários à sua realização e que essa prova seria ilegal, nada mais disse, pois é certo e sabido que a prova que estava a acontecer foi apoiada pela Junta e era legal, pois nunca poderia acontecer o contrário. Mais disse que a associação ACAB é uma



associação devidamente fundada, tem os estatutos aprovados e tem legitimidade para representar e o seu único objetivo que é perpetuar a memória do professor Alberto Bastos.

O Sr. D.M. e Presidente de Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões Sérgio Miguel Santos Soares, respondeu ao Sr. Deputado José Hermínio, dizendo que percebeu mal, pedindo desculpa do por si proferido.

Informou que a Junta de freguesia foi o primeiro parceiro, desde a primeira hora, da ACAB Associação Cívica Alberto Bastos, tendo até sugerido eventos que fossem integrados na semana cultural, uma vez que o professor Alberto Bastos era um Castelonense e dedicou parte da sua vida a Castelões e à cultura de Castelões. Deixou ainda a nota de que também apoiam outras associações, inclusive o Sport clube de Cambra, que tem todo o gosto em continuar a apoiar, como qualquer outra associação.

O Sr. D.M. José António Abrantes Soares de Almeida disse que gostava de terminar a discussão sobre as votações contra, reafirmando que a bancada do CDS está consciente da legalidade que assiste à decisão que foi tomada, e por isso, estão a votar confortavelmente e comodamente e com liberdade de afirmar aquilo que entendem.

Reforçou dizendo, para que a oposição não pense que a interpretação que fazem da lei, é que é a verdadeira e a única, porque se assim fosse, e é isso que julga que sugerem, era que a Assembleia Municipal fechasse, até haver uma definição, uma decisão final e que não houvesse a tomada de decisões, que são importantes no dia a dia, para resolver os problemas dos Valecambrenses. A sua bancada está consciente dessa legalidade continuam a afirmá-la e não estão a querer boicotar o progresso do concelho.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal Miguel Paiva informou que o Sr. 1º Secretário da Mesa, Sr. D.M. Jorge Manuel Silva, pediu a palavra, por considerar

2023.09.12

que foram proferidas expressões ofensivas da sua honra e consideração, e portanto, invocou a legítima defesa da honra e da consideração, concedendo-lhe a palavra.

O Sr. D.M. e 1º Secretário da Mesa, Jorge Manuel Santos Silva, cumprimentou todos presentes.

Respondendo ao que considerou, para si, expressões ofensivas, começou por esclarecer que na última sessão da Assembleia Municipal, falou no período de intervenção do público e não como D.M..Disse que, como cidadão de Vale de Cambra, tinha o direito a falar, porque desde o 25 de abril ninguém o calava, referindo novamente as ocorrências em que esteve envolvido o Sport clube de Cambra, o qual representa, aquando da prova de atletismo realizada pela ACAB, no mesmo dia do evento do Sport Clube de Cambra, que ficou prejudicado por ter sido impedido de iniciar o seu evento conforme programado e autorizado pela Câmara Municipal. Mais disse então, que os responsáveis da prova de atletismo não tinham as autorizações todas, nem estavam a cumprir a lei, fazendo a sua atividade livremente. Intervém novamente, por se sentir indignado, não admitindo por princípio nenhum, que o acusem de ter falado na última sessão da Assembleia Municipal, como deputado.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal Miguel Paiva deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro.

Este, no uso da palavra, após ter cumprimentado todos os presentes, deu uma breve nota sobre um assunto, que na sua opinião foi muito escalpelizado e abordado, e até provocou sorrisos em alguns rostos. Disse ter sido constituído arguido, conforme deu nota pública disso, quer na Assembleia Municipal quer na reunião de Câmara, no mandato anterior, aquando daquele processo que versou sobre as lojas de turismo interativo e, para que todos entendam, disse, passou a ler o seguinte texto:



“Resulta dos autos que no ano de 2010, o Município de Vale de Cambra decidiu instalar uma loja interativa de turismo, a integrar na rede promovida pela Turismo do Porto e Norte e que após as eleições autárquicas, que ocorreram no ano de 2013, o novo executivo decidiu continuar, com a execução do projeto de instalação da loja interativa de turismo, sendo que para o efeito, no âmbito da fase de candidatura e da fase de execução do projeto foram celebrados contratos de ajuste direto para prestação dos bens e serviços necessários à instalação da loja interativa de turismo de Vale de Cambra, com sociedades e pelos preços, que a Turismo do Porto e Norte de Portugal impunha aos Municípios, que pretendiam instalar uma loja interativa de turismo, integrada na rede, do Turismo do Porto e Norte de Portugal.”

Refere que à data que foi constituído arguido, disse, que quer na Câmara, quer na Assembleia Municipal, previamente aquando do inquérito e quando foi ouvido pelas entidades, que estava de consciência tranquila, que tinha feito tudo, mas tudo, para que fosse cumprida a legalidade e que existia efetivamente uma imposição por parte da Turismo do Porto e Norte de Portugal, mas existia também uma pressão, por parte da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, no sentido de que o caminho daquela candidatura fosse aquele.

No seu entendimento, naquela altura, obviamente que quem mal não faz, mal não pensa, e também porque estava a acabar de chegar à Câmara Municipal, achou que era um processo completamente normal, completamente limpo e que nada havia a apontar. No entanto além de ter sido obrigado, a despende uma quantia considerável do seu bolso, para se defender nesse processo, foi também alvo de alguma chacota por parte de algumas pessoas que compunham a Assembleia Municipal de então.

Nesta sessão da Assembleia Municipal, olhos nos olhos e na presença de todos, afirmou que no dia 29/06/2023, houve por parte do DIAP, um despacho de arquivamento do processo, que o ilibou completamente dessa situação, para a qual sempre se sentiu completamente tranquilo, completamente descansado, porque tinha a certeza absoluta, que não tinha cometido nenhuma ilegalidade, e que tudo aquilo que tinha feito, tinha sido no cumprimento dessa mesma legalidade, pois tinha sido feito, também por orientação e acompanhamento, da Turismo do Porto e Norte e por recomendação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.

Concluiu que, com a mesma tranquilidade que comunicou que tinha sido constituído arguido, presentemente afirma que deixou ser arguido, porque o processo foi arquivado.

De seguida, passou a responder às questões que lhe foram colocadas.

Referindo-se ao seu despacho de nomeação das chefias em regime de substituição, disse ser prática corrente nas Câmaras Municipais, nos órgãos de soberania, nas Comissões de Coordenação, fazerem a nomeação dos chefes de divisão em regime de substituição, enquanto abrem um procedimento que decorre, e quando é encerrado esse procedimento de seleção dos chefes de divisão a situação fica sanada.

Informou que a oposição tem dois pareceres, e o executivo da Câmara Municipal também tem dois pareceres, que dizem exatamente o contrário, um deles da Comissão de Coordenação da Região Centro, que foi redigido pela Dr.ª Maria José Castanheira Neves, jurista conceituadíssima, considerada um dos expoentes máximos da jurisprudência administrativa, que lhe disse de viva voz, pessoalmente, que é prática corrente as instituições fazerem isso e tem proferido muitos pareceres, na maior parte vinculativos. Mais informou, que a Sr.ª Ministra Ana Abrunhosa fez exatamente o mesmo que ele, também nomeou vários chefes



de divisão em regime de substituição, quando foi Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro, porque considerou que deve ser a prática normal para que as instituições, para que continuem a funcionar e continuem a trabalhar. Agradeceu ao Sr. D.M. João Carvalho da Silva, por lhe ter dado conhecimento de uma publicação que o seu chefe de Gabinete fez, porque não tinha conhecimento da mesma, e não sabe se ela está associada ou não aquilo que foi a atribuição de uma medalha de mérito cultural ao Caetano Veloso, por parte do Sr. Primeiro Ministro. Entretanto teve a oportunidade de ler essa publicação e deduziu que a mesma expressa, claramente, algo pessoal e não se revê nesse tipo de publicação, que poderá ter outra coisa subjetiva que não consegue alcançar. Mais referiu, que os votos de pesar que tem apresentado à Câmara Municipal, são apresentados com sentimento de perda, de coração e consensualizados, e de igual modo na Assembleia Municipal, também as medalhas que tem sido atribuídas, são por mérito de quem as recebe e são consensualizadas.

Quanto à obra do cinema, como já disse variadíssimas vezes, a mesma está com um atraso considerável, trata-se de um processo que não tem sido fácil, estando agora na sua conclusão; tem sido gerido com a maior das sensibilidades, acautelando sempre o interesse público, para que a conclusão da obra possa vir a ser uma realidade, sem nunca serem tomadas medidas radicais, que a nada levariam e que só criariam problemas para o Município. No final deste mês, os pedidos de pagamento serão submetidos à autoridade de gestão, e não haverá a perda de financiamento.

Respondeu ao Sr. D.M. Jorge Tiago, dizendo que o canil intermunicipal é gerido pela Associação de Municípios das Terras de Santa Maria, tem um bom serviço, profissionais muito competentes, e os animais são muito bem tratados, estando as portas abertas às escolas, às associações, e a quem o pretenda visitar, desde que faça previamente uma marcação.

2023.09.12

Informou que dada a quantidade de animais que são abandonados e a cobertura territorial do canil, muitas vezes a capacidade fica esgotada, e para dar resposta a essa situação, foi elaborado um projeto de ampliação, que contempla uma vertente ligada ao gatil, estando pronto para avançar, mas encontra-se pendente de uma decisão da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, relacionado com o desbloquear de uma área que neste momento não permite construção. O terreno previsto aquando da revisão do último PDM de Oliveira de Azeméis, ficou classificado como zona RAN ou zona florestal que não permite edificação, e a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis tem de resolver o problema para poderem avançar com a construção, a ampliação do canil intermunicipal.

Relativamente ao pedido que a bancada do Partido Socialista apresentou referente ao PDM, tal o referido pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, confirmou que o Gabinete respetivo está disponível para receber os Deputados Municipais.

Dando resposta às questões colocadas, pelo Sr. D.M. João Carvalho da Silva, quanto à Assembleia online, a solução encontrada, foi bastante onerosa, e ainda não houve a oportunidade de avançar com a aquisição desse equipamento complexo para a gravação das reuniões da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, podendo, contudo, a Câmara Municipal recorrer a uma prestação de serviços para o efeito.

Quanto ao valor para colocar a piscina de Arões/Junqueira em funcionamento, disse que esse assunto já foi muitas vezes abordado, que a piscina tem um problema estrutural de construção e não pode ser considerada uma piscina. Como é um tanque relativamente pequeno, não teria grande utilidade, na hipótese de a pôr a funcionar para o público durante o verão, o que implicaria ter um porteiro, uma ou duas pessoas para a limpeza, dois nadadores salvadores, uma estrutura com água quente, climatização, entre outras coisas. Se lhe perguntarem



se a população de Arões e Junqueira merecem? Responderá, obviamente que sim. No entanto a tomada de algumas decisões tem de ser ponderada, e foi entendido que não existiam grandes condições para pôr a piscina em funcionamento.

Revelou que a Câmara Municipal, apresentou uma candidatura ao PRR, para o financiamento de um projeto, na ordem dos 3,6 milhões de euros para Vale de Cambra, projeto esse que é muito focado nas comunidades desfavorecidas, na população do interior do concelho, e que visa capacitar verdadeiramente a sociedade, os mais novos, os mais idosos e aquelas pessoas que vivem mais isoladas. O espaço escolhido, foi um espaço que poderia responder a Arões e a Junqueira, onde se encontra a piscina da escola do CEAJ. Para esse espaço foi feito um projeto de readaptação da piscina, que não vai ser destruída, sendo aproveitado todo o espaço físico, de forma a que, um dia possa ser retirada a cobertura que vai ser colocada na piscina, colocando a mesma a funcionar.

No seu entendimento, esse projeto será de momento muito mais útil para a comunidade de Arões/Junqueira do que propriamente o de ter a piscina em funcionamento, sendo esta uma visão pragmática daquilo que é no fundo a realidade do momento.

Abordou o assunto respeitante à estratégia local de habitação, dizendo que neste momento há muita informação a nível nacional no que diz respeito à habitação, aos custos exorbitantes da habitação, e às necessidades reais da habitação e à incapacidade de resposta, por parte do Governo, às necessidades das famílias, dos jovens, dos estudantes, havendo efetivamente um défice muito grande, a nível da habitação.

Informou que a Câmara Municipal tem algumas candidaturas efetuadas, uma para a construção de 20 fogos, que aguarda a aprovação do IHRU, e mais duas construções, uma em parceria com a Freguesia de Rôge e outra com a Freguesia

2023.09.12

de Macieira de Cambra, existindo outros projetos em fase de conclusão para alguns edifícios municipais a afetar a habitações, edifícios esses que estão espalhados pelo concelho, prevendo-se num curto prazo, chegar a um total de 30 habitações; foi também elaborado um projeto para a construção de mais 13 habitações, que se prevê vir a ser financiado pelo PRR - Plano de Recuperação e Resiliência.

Respondeu ao Sr. Presidente da Junta de Cepelos Nelson Almeida, em relação à questão da água e saneamento, informando-o que para concluir a empreitada abandonada pelo anterior empreiteiro, foi adjudicada nova empreitada, cujo contrato será assinado na próxima semana.

Acrescentou que o executivo da Câmara Municipal reuniu com a empresa e solicitou o máximo de celeridade para as vias que foram intervencionadas, que se encontram em muito mau estado, nomeadamente em Paçô, Cepelos, S. Pedro de Castelões, e Macieira de Cambra, pretendendo que o empreiteiro resolva rapidamente essas situações, incluindo algumas ampliações, mas privilegiando a correção do que está em mau estado.

Afirmou que existem algumas zonas cinzentas no concelho, referentes à cobertura da rede de fibra e de telecomunicações, quer em termos de rede de telemóvel, quer também em termos de cobertura de fibra, foram feitas várias exposições às operadoras e à própria ANACOM, inclusivamente, que fez uma recomendação às operadoras, no sentido de repor e dar cobertura a essas zonas cinzentas, onde efetivamente as comunicações são mais deficitárias, tendo-se constatado no terreno, a instalação de novas torres de telecomunicações, admitindo que dentro de algum tempo os problemas de comunicações em alguns sítios do nosso concelho fiquem solucionados.

Parabenizou a Junta de freguesia de Macieira de Cambra, pelo trabalho efetuado no evento Praça convida.



Considerou que a questão do ecocentro é uma falta que o Município tem, reconheceu um défice nessa matéria, tendo ainda na semana passada falado com o Sr. Vereador do pelouro, no sentido de construírem um ecocentro o mais rápido possível.

Respondeu que o Sr. Deputado Dr. José Hermínio dizendo que as questões relacionadas com a nomeação dos dirigentes intermédios de 2º grau, foi respondida e, que vai analisar a situação e verificar a possibilidade de reparar a estrada de Casal de Arão a Merlães.

Respondeu à Sr.ª Deputada Ana Rita Martins, dizendo que as questões colocadas do pelouro do Sr. Vereador José Alexandre Pinho, serão respondidas por este e que em relação à passadeira sobrelevada em Coelhosa, já deu ordens aos serviços para a sua execução tão breve quanto possível.

Sobre o evento da noite branca, disse que esta decorreu com o apoio logístico da Câmara Municipal, partilhado com os comerciantes, considerando ser a melhor opção encontrada.

Quanto ao desafio colocado pelo Sr. Presidente da Junta de S. Pedro de Castelões, disse que esteve ligado ao vinho verde de alma e coração, durante 28 anos, e admitiu que esse desafio não seria muito difícil de executar, dependendo obviamente sempre da vontade dos produtores, quer adega cooperativa, quer dos produtores engarrafadores locais, e eventualmente de um ou outro de fora da região, que também possa acrescentar valor a esse desafio, e como gosta de desafios, iria ver se conseguia responder afirmativamente ao pedido do Sr. Presidente da Junta de S. Pedro de Castelões.

Solicitou à Sr.ª Vereadora que fizesse o ponto de situação do início do ano escolar, e aproveitou para dar nota de que havia uma preocupação, por parte da associação de pais, dos alunos, da comunidade e também dos professores, em relação à escola de Vila Chã, e por isso fez uma pressão muito grande junto do

empreiteiro, para que a escola ficasse pronta na abertura do ano letivo, prevendo-se não haver qualquer impedimento para que o ano letivo se inicie, e as crianças fiquem bem servidas com o trabalho que foi feito, com o redimensionamento da escola e com a melhoria das condições dos espaços interiores e da envolvente exterior.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro deu a palavra à Sr.ª Vereadora Mónica Seixas

A Sr.ª Vereadora Mónica Seixas cumprimentou todos os presentes.

De seguida leu a seguinte intervenção:

“Eu queria começar por reforçar tal como fiz o ano passado e como tem sido apanágio do Município, mais uma vez este ano tivemos todo o cuidado e atenção, com as medidas de apoio na área da educação, e portanto tem sido esta a missão do Município, dar prioridade a todas as questões da educação, aquelas que são as áreas que nos competem e eu gostaria de partilhar convosco, nomeadamente as medidas de ação social escolar, que nós temos tido este cuidado para que todas as crianças e jovens tenham igualdade, no acesso aos recursos básicos, para um percurso educativo bem sucedido, partilhar que vamos oferecer as fichas de trabalho e kits de material escolar, a todos os alunos do 1º ciclo do ensino básico, oferta de kits de material para o pré-escolar, atividades de complemento curricular ou seja, visitas de estudo no valor de 10€, para cada criança do 1º ciclo, dos escalões A e B da ação social escolar, apoio aos alunos do 5º ao 12º ano de escolaridade, a carregar em cartão escolar no valor de 25€, para despesas escolares, portanto esta foi uma medida nova, que implementamos o ano passado e que decidimos manter, atendendo ao impacto positivo que tem nos jovens, nas crianças e nas suas famílias naturalmente. Vamos também avançar com a abertura de candidaturas, a bolsas de estudo para alunos do ensino secundário e ensino superior também e ainda, além destas



medidas de apoio direto às famílias, que tem crianças e jovens a estudar, temos também aqui uma forte rede de trabalho, com as nossas IPSS e reforçamos o investimento nas atividades de animação e apoio às famílias no pré-escolar, portanto garantindo estes serviços para as famílias, que precisam deste tipo de retaguarda, investimos como vocês sabem na intervenção especializada de psicologia e terapia da fala, nomeadamente o projeto raízes, para que esta resposta se torne de consistente e continuada, para continuarmos a ter este apoio às crianças, que tem dificuldades de aprendizagem e investimos já no ano passado, que foi uma das competências que nos foi transferida pelo Estado, que é as atividades de enriquecimento curricular e este ano tivemos um aumento considerável, de inscrições de alunos nas AEC, é sinal que correu bem o ano transato. Para que tenham conhecimento, as atividades que vamos ter para oferecer aos alunos lúdicas são de atividade física e desportiva, a carga horária será maior na atividade física e desportiva, expressões artísticas, música e no 3º e 4º ano, uma disciplina que correu muito bem, uma área que eles gostaram muito de trabalhar, foi a programação e a robótica, terem a oportunidade de programar um desenho, verem depois a impressora 3D a imprimir um boneco, que tinham sido eles a idealizar a construir em grupo, foi de facto fascinante para as nossas crianças do 1º ciclo, vamos ter uma novidade este ano, que é uma parceria com a Federação Portuguesa de Futebol, que é a hora dos super quinas que vai estar também, em implementação na atividade física e desportiva das AECs, portanto vão ter aqui no fundo acesso, a uma bateria de exercícios físicos com e sem manipulação da bola e ainda somam os serviços municipais, que tem projetos educativos, nomeadamente a biblioteca municipal, o museu municipal, as piscinas municipais e o centro de educação ambiental, em que temos aqui um cronograma de atividades, em que as crianças tem a oportunidade de se deslocar a estes espaços e poderem usufruir destas ofertas. Gostaria de dar ainda nota de

2023.09.12

uma informação, que me parece também pertinente, que mais uma vez este ano registamos um aumento significativo, de mais crianças e jovens, este ano a novidade é que é em todos os níveis de ensino, portanto o ano passado nós tivemos um aumento, do nosso número de alunos no pré-escolar e este ano, temos em todos os níveis de ensino, portanto isto deve-se ao saldo migratório, que temos tido às comunidades emigrantes e portanto cabe-nos a todos nós agentes que trabalhamos no terreno, saber receber e incluir estas comunidades e isso tem sido um trabalho muito grande, por parte da nossa equipa da divisão da ação social e da educação e da nossa escola também.

Por fim dar-vos a conhecer que realizamos mais uma vez, o colóquio da educação que é um momento em que temos de acolhimento, a todos os professores do agrupamento, é um dia inteiro de formação e capacitação, escolhemos áreas que os próprios professores identificam como necessárias, este ano convidamos especialistas de faculdades de psicologia do Minho e de Coimbra, para virem partilhar as práticas multi funcionais e inovadoras, no âmbito da educação e foi de facto um momento muito profícuo e muito interessante, cujo feedback é muito positivo, e de forma geral Sr. Presidente é este o ponto de situação, do arranque do ano letivo.”

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro, considerou a intervenção da Sr.^a Vereadora muito clara e elucidativa, que até lhe permitiria dizer, que algumas das questões que foram levantadas são verdadeiramente secundárias, em relação aquilo que de facto tem sido o trabalho da Câmara Municipal, na área da educação e aquilo que é o trabalho desenvolvido em prol das famílias, mas acima de tudo das crianças.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro deu a palavra ao Sr. Vereador José Alexandre Pinho que cumprimentou todos os presentes.



Na resposta à questão do Sr. D.M. Jorge Tiago sobre o canil intermunicipal e relativamente aos animais errantes, afirmou que se coloca muito o ónus nas Câmaras Municipais, fazendo-se referência ao suposto trabalho deficiente que é feito na recolha e no acondicionamento dos animais errantes, principalmente canídeos, quando na realidade passa para segundo plano a verdadeira origem do problema, que é quem os abandona, devendo haver mais vigilância e penalizações, porque efetivamente isso já não ocorre noutros países da Europa.

Referiu há algum tempo que existe um projeto para a expansão do canil, mas esse projeto ainda não foi executado, precisamente por haver problemas com a tipologia de uso do solo, que não permite a ampliação do canil intermunicipal sem a alteração no PDM de Oliveira de Azeméis. Embora concorde com a ampliação, na sua opinião esta operação será meramente paliativa, porque acredita que mesmo que o canil intermunicipal tenha o dobro do espaço, em poucos meses ficará novamente sobrelotado.

Alertou que é necessária uma alteração legislativa que permita essencialmente que os animais errantes, particularmente os canídeos, possam ser esterilizados, evitando-se a sua procriação.

Em relação à questão do ecocentro, colocada pelo Sr. Presidente da Junta de Macieira de Cambra, disse que em 2017 teve uma reunião com a administrador da ERSUC e lhe lançou o desafio para transformar a estação de transferência de Ossela num ecocentro, para dar uma resposta imediata à população, embora o local junto ao canil intermunicipal não fosse o local mais central. Curiosamente essa valência, também esbarrou na questão da tipologia do uso solo.

Para o fazer, a ERSUC carecia de licenças e tal não podia suceder conforme era, e ainda é, a tipologia de uso do solo. Entretanto houve uma alteração legislativa que permitia a construção do ecocentro e há o compromisso da ERSUC para quando essas obras se iniciarem, paralelamente nascer o ecocentro naquele

2023.09.12

espaço, que à partida servirá os Municípios de Vale de Cambra e Oliveira de Azeméis.

Respondeu à Sr.^a Deputada Municipal Ana Rita Martins, dizendo que o pedido que recebeu da Mouta Velha não foi de baias, mas de lombas redutoras de velocidade, tendo este sido remetido aos serviços, não tendo ainda qualquer informação; quanto ao Regulamento de Trânsito confirmou que o mesmo está no site da Câmara, apesar de não ser o mais atual, por ter sido alterado há pouco tempo, pelo que solicitará aos serviços a publicação no site da versão atualizada.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal Miguel Paiva informou que o Sr. Vereador Tiago Fernandes pediu a palavra, argumentando com verdade, que foi diretamente interpelado por um membro da Assembleia Municipal e portanto, queria que lhe fosse concedida a palavra, o que foi recusado, porque não haver enquadramento legal para o efeito, informando-o que esse pedido devia ser feito ao Sr. Presidente da Câmara, a quem cabe representar a Câmara e a quem é conferido legalmente, o poder de dar a palavra aos Vereadores, conforme o que consta no Regimento da Assembleia e o que diz a Lei, é que os Vereadores só podem intervir nos debates da Assembleia, com autorização do Presidente da Câmara ou por solicitação do plenário.

O Sr. D.M. João Paulo Carvalho da Silva disse que discordava da decisão do Sr. Presidente da Assembleia Municipal e solicitou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que tivesse amabilidade de dar a palavra aos Srs, Vereadores da oposição, por achar pertinente esse esclarecimento na Assembleia Municipal.

Confirmou o que tinha dito na sua intervenção inicial, em que achava claramente que o Sr. Presidente da Câmara Municipal não pensava da mesma forma que o seu chefe de gabinete, portanto fez questão de dizer isso, e ainda bem que o Sr. Presidente se desmarcou dessa publicação.



2023.09.12

ATA N.º 4/23

FL N.º 190

Afirmou que se a publicação teve a ver com o Caetano Veloso, fica triste, porque revela que o chefe de Gabinete não deve conhecer Caetano Veloso e portanto mostrou a sua ignorância, porque na sua opinião, não é essa direita que faz falta, porque a direita que faz falta, não comenta esse tipo de atribuições de medalhas, principalmente ao Caetano Veloso um artista excepcional. Se era sobre ele, fica-lhe mal, se era sobre a bancada do PSD, fica-lhe pessimamente mal, concluiu.

Em relação à piscina de Junqueira/Arões, afirmou que está completamente em desacordo com a opção escolhida para esse espaço, por uma questão de visão estratégica. Referiu que o Sr. Presidente não tem orçamento, e que a Sr.ª Vereadora em reunião de Câmara de 25-07-2023 afirmou que em termos financeiros, não seria possível reabilitar a piscina, encargo que seria incomportável, portanto se fosse ele a fazer uma afirmação dessas, teria de ter do seu lado algo que justifique que é incomportável, e portanto, incomportável para si seriam 6,7,8,9,10 milhões e não acredita que seja esse valor.

Recordou que em 2013, quando o executivo do PPD/PSD construiu a piscina em Junqueira/Arões, foi a pensar num equipamento importantíssimo, diferenciador, para captar e fixar os jovens, promover a realização de atividades lúdicas e desportivas, dar apoio ao envelhecimento ativo, e atrair investimento para o interior.

Na sua visão política, a piscina era um equipamento importante, que nunca funcionou desde 2013 e o Sr. Presidente e os seus executivos andaram a dormir literalmente, porque se esqueceram que tiveram um equipamento a apodrecer durante 12 anos, e portanto considerou inconsciente que a alternativa para a construção de um equipamento diferenciador no interior do concelho, seja o projeto que escolheram, e tinha a forte convicção que o Sr. Presidente ia colocar a piscina em funcionamento, seria importantíssimo ter um equipamento desses no interior.

2023.09.12

Frisou que a única obra do Sr. Presidente da Câmara, que não mete água é a piscina de Junqueira, porque para si, tapar uma piscina com uma chapa não é solução.

Pretendeu que ficasse devidamente vincado o seguinte:

Se daqui a 20, 30 anos quando alguém disser; "épá Arões e Junqueira nunca teve uma piscina" vai lá estar de bengala e dizer; " teve, teve, no meu tempo eu lembro-me que o Engenheiro José Bastos fez lá uma piscina, não a pôs a funcionar e o Presidente José Pinheiro, andou 12 anos a dormir, não fez nada com a piscina e depois tapou-a", é isso que vai ter que dizer com muita mágoa sua.

Pedi desculpa ao Sr. Presidente da Câmara pelo desabafo, mas ficou indignado, porque achou que ainda havia uma possibilidade, com um esforço e disponibilizava-se, se o Sr. Presidente recuasse na sua decisão e quisesse fazer algo diferenciador, sugerindo ao Sr. Presidente da Câmara, a construção de um equipamento abrangente, uma espécie de multifunções, arrojado, que permitisse às marchas de Junqueira ensaiar e fosse uma mensagem clara para o interior. Reconheceu o esforço que o Município fez, em relação à educação e ao trabalho que deu a descentralização, mas não será conivente com decisões que considera erradas. Disse saber que a sua intervenção não vai resultar em absolutamente nada, porque teve conhecimento que a Sr.^a Vereadora nessa tal reunião, já falou com todos os intervenientes e portanto ficou com a perfeita convicção de que a decisão não vai ser revertida.

Apelou em último recurso, à Sr.^a Vereadora e ao Sr. Presidente da Câmara para repensarem, e solicitou que lhe apresentem um orçamento que demonstre que esse investimento, de pôr a piscina a funcionar, seria impensável, como disse a Sr.^a Vereadora, que em termos financeiros não seria possível reabilitar a piscina, encargo que seria incomportável.



O Sr. D.M. Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho confirmou que na sua bancada, ficaram esclarecidos sobre o projeto do canil. Sabe que o canil se encontra lotado, e que o Sr. Vereador José Alexandre, tem sido alvo de várias questões acerca desse assunto, perguntando-lhe o que deve fazer a população Cambrense, ao encontrar um animal ou um cão, ou outro tipo de animal, durante o dia ou durante a noite, caso o animal esteja a colocar em risco ao provocar um acidente, atacar alguém ou até mesmo ferir.

O Sr. D.M. José António Abrantes Soares de Almeida interveio para defender a honra da bancada do CDS/PP, porque não pode admitir que alguns deputados venham intervir, insinuando que as pessoas da sua bancada não intervêm, pois que todos os elementos da bancada do CDS, intervêm quando entendem, são um grupo coeso e homogéneo e intervêm quando devem intervir.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal Miguel Paiva, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro informou que a sua resposta se ia centrar exclusivamente na questão da piscina do CEAJ- Centro Educativo Arões Junqueira, onde houve claramente um erro de conceção que não foi seu, nem do seu executivo. De toda a informação que recebeu, concluiu que não era viável, nos moldes propostos, pôr a piscina a funcionar, porque tecnicamente ela não tem condições, e repete novamente aquilo que já tinha dito anteriormente, em relação à piscina. Trata-se de um tanque que tem efetivamente algum equipamento, que poderia dar para funcionar no verão durante dois ou três meses, no período de férias, mas tendo em atenção a exigência brutal que é imposta às Câmaras Municipais, no que respeita ao funcionamento de planos de água, e em termos de encargos com o pessoal, com o controle de qualidade da água e com os equipamentos afetos a esse controle de qualidade da água, climatização da nave e demais exigências associadas ao funcionamento de uma

2023.09.12

piscina coberta, seria inviável o seu funcionamento. Obviamente que teria todo o gosto e seria para si também, um prazer ter uma piscina a funcionar no interior do concelho, mas neste caso não existem condições técnicas para isso. Afirmou que o equipamento que existe, irá ser utilizado exatamente para o fim que o Sr. Deputado disse, com a disponibilidade do espaço para a marcha de Junqueira trabalhar, e também para que as pessoas de Arões e de Junqueira se possam reunir.

Acrescentou que serão criadas condições para que possam existir variadíssimas ações, com a presença de monitores a trabalhar permanentemente, e uma equipa a trabalhar em permanência nesse espaço, que será requalificado quer interiormente quer exteriormente, recorrendo-se a um projeto financiado pelo PRR, sendo este considerado, um projeto virado essencialmente para as comunidades mais necessitadas, sendo no futuro essa a utilização daquele espaço.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro deu a palavra aos Srs, Vereadores José Alexandre, Tiago Fernandes e Frederico Martins.

O Sr. Vereador José Alexandre Pinho explicou ao Sr. D.M. Jorge Tiago, que obviamente durante o horário de expediente deve contactar a Câmara Municipal, para aquelas situações que referiu, fora do horário de expediente, se o cão ou o gato está a colocar em causa a via, o trânsito ou se está a colocar em causa a integridade física de alguém, deve falar com a GNR, que depois entrará em contacto com a veterinária municipal.

Tendo em consideração que essa questão não é uma ciência exata, dependendo do caso, a veterinária municipal fará a triagem e tomará a melhor decisão, quer seja entregar os animais na clínica que está de serviço, dada a existência de acordos entre a Câmara Municipal e clínicas veterinárias, que funcionam para situações mais urgentes; o canil intermunicipal vai abrindo vagas, conforme as



adoções que vão sendo feitas e é criada uma lista de espera para a admissão desses animais no canil.

Na questão dos gatos, a Câmara Municipal tem o programa CEDE, onde o trabalho é feito por voluntários, voluntários esses que enaltece, pelo trabalho bastante exigente que fazem, tendo já umas centenas de gatos registados.

Quanto à situação de se melhorar o apoio aos animais de estimação, lançou o desafio de se criar uma associação, à qual também se associará quer a nível institucional, quer a nível pessoal para a criação de uma associação de defesa do animal, como existe em Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira e em S. João da Madeira, e a qual, a Câmara Municipal terá todo o prazer em apoiar.

O Sr. Vereador Tiago Fernandes agradeceu ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, por lhe ter concedido a palavra e de seguida cumprimentou o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e todos os presentes.

Em relação à questão colocada sobre os despachos de nomeação dos dirigentes e a polémica toda associada e ocorrida na última sessão da Assembleia Municipal, em que foram proferidas palavras como "boicote" ou expressões como "esta gente" no tom de voz com que foram ditas, afirmou que em não se revê nelas. Referiu que o seu querido amigo D.M. Dr. José Soares, tinha dito que a questão dos despachos nunca criaria um problema de governabilidade, nem a Assembleia Municipal chumbaria incessantemente os atos praticados pela Câmara Municipal. No entanto, em seu entendimento, o despacho proferido devia ter sido revogado e, tendo sido interpelado sobre a sua posição na Câmara Municipal, quer frisar que quando foi feita a nova orgânica da Câmara Municipal de Vale de Cambra, como diz a lei, as chefias de divisão tem que estar previamente ocupadas para se poderem designar os dirigentes em regime de substituição, e foi essa dicotomia que aconteceu entre aquilo que é o entendimento dos serviços da Câmara Municipal, nomeadamente a posição do

2023.09.12

CDS e aquilo que tem sido o posicionamento da dita oposição. Foram pedidos esclarecimentos que não chegaram, e por isso, foi tomado um sentido de voto, apenas e só. Sobre o funcionamento dos serviços, e quanto à questão da essência ou não do despacho para governar e gerir os serviços, deu como exemplo que existia uma mega divisão, que foi desagregada em duas, a divisão do planeamento e de obras particulares, que esteve vários anos sem chefia e funcionava.

Concluiu que quando as dúvidas são levantadas, podiam ter sido esclarecidas e disse ao Sr. D.M. Dr. José Soares, que tendo em conta a questão que lhe foi colocada, no que diz respeito às freguesias do concelho, nunca houve de maneira alguma a intenção de boicotar, e de maneira alguma isso poderia ser feito, pelo menos pela sua parte, as dúvidas são meramente técnico-jurídicas, e as posições foram nesse sentido partilhadas.

O Sr. Vereador Frederico Martins, no uso da palavra, agradeceu ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, por lhe ter concedido a palavra e de seguida cumprimentou o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e todos os presentes.

Em relação à questão da nomeação dos cargos de direção intermédia, afirmou que de facto existem dois pareceres, que foram referenciados nas atas da Câmara Municipal, e quem ler as mesmas, tomará conhecimento de todas as tomadas de posição, de qualquer membro do executivo, porque estão perfeitamente plasmadas e devidamente referenciadas.

Informou que no dia 8 de agosto terminou o prazo de impugnação, para a sua tomada de posição, e está documentada na reunião da Câmara Municipal de 22 de agosto, a sua posição no período de antes da ordem do dia, onde consta que efetivamente ficou livre desse ónus ou encargo e portanto votará em plena consciência.



Não havendo mais intervenções o Sr. Presidente da Assembleia Municipal Miguel Paiva referiu que a bancada do PSD apresentou a Moção que coloca à consideração, passando esta a ser lida pela 2ª Secretária da Mesa, Rita Alexandra Alves Casal:

MOÇÃO

“Assembleia Municipal de Vale de Cambra recomenda à Câmara Municipal de Vale de Cambra que, na elaboração da proposta de orçamento para 2024, seja incluída uma verba para a aquisição de serviços tendo em vista a transmissão online das Sessões da Assembleia Municipal, ao longo de todo o restante mandato 2021/2025, ininterruptamente.”

Face à apresentação da presente Moção, cujas cópias foram distribuídas aos líderes das três bancadas, foi acolhida pela Mesa a sugestão da realização de uma pausa de três minutos, para que estas se pudessem debruçar sobre o assunto.

Finda a pausa, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal reiniciou os trabalhos da sessão, com a presença de 27 deputados municipais (o deputado municipal Simão Pedro Nogueira da Silva Dias, por ainda não se encontrar no Salão Nobre, aquando do reinício dos trabalhos, não participou nesta votação.

Deu de seguida a palavra aos deputados municipais para se pronunciarem sobre a Moção.

O Sr. D.M. Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho disse que concordava com a apresentação da moção, porque abordava um assunto que a bancada do PS tem vindo a debater desde o início do mandato, e portanto, abraçam também a ideia dada pelos colegas do PSD.

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Mesa colocou a Moção à votação:

2023.09.12

A Assembleia Municipal, **com 18 votos contra, rejeitou por maioria dos 27 deputados municipais presentes**, a Moção apresentada pela bancada do PSD.

Declaração de voto da bancada do CDS/PP, proferida pelo Sr. Deputado Municipal, José António Abrantes Soares de Almeida:

“Nós votamos contra, porque entendemos que esta moção se encontra prejudicada, atendendo a que o Sr. Presidente da Câmara já nos garantiu, que de facto, estas sessões da Assembleia Municipal, vão ser transmitidas online e portanto de modo algum, esta moção, poderia produzir quaisquer efeitos.”

Regressou à sessão, o deputado municipal Simão Pedro Nogueira da Silva Dias.

De seguida e dado não ter sido agendada a nomeação de um representante das Juntas de Freguesia e seu substituto, para participar no XXVI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, colocou à consideração do Plenário, o agendamento do assunto conforme prevê o Regimento da Assembleia Municipal e ao abrigo do disposto no n.º 2, do artigo 50.º do (RJAL), que após votação, foi aprovado por unanimidade dos 28 membros presentes, ficando a ser o ponto 13 da Ordem do Dia.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal ausentou-se momentaneamente, delegando a representação da Câmara Municipal no Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, António Alberto Almeida de Matos Gomes.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início à Ordem do Dia, com a presença de 28 deputados municipais (21 diretamente eleitos + 7 por inerência da função de Presidente nas Juntas de Freguesia):

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:



1. Para conhecimento: Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e suas alterações (RJAL):

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal datada de 04/09/2023, acerca da atividade e da situação financeira do Município, no período de 01 de junho a 31 de agosto de 2023.

2. Taxa Municipal de Direitos de Passagem (RCM 08/08/2023):

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente para que apresentasse o ponto, tendo este feito a seguinte intervenção:

“O processo de decisão inerente à definição dos impostos municipais, no caso das taxas associadas, reveste-se, efetivamente, de uma base estratégica. Desde logo pelo volume financeiro que qualquer alteração faz oscilar nas receitas municipais mas, a montante e principalmente, pelo maior ou menor esforço que os munícipes têm que empregar para cumprir o que lhes é exigido.

Assumimos o óbvio – o investimento municipal tem inerente a cobrança de receitas. Essas têm várias origens e o IMI, a derrama e a participação variável no IRS são essenciais para a continuidade do desenvolvimento de Vale de Cambra. Procuramos então o equilíbrio entre o que necessitamos, o que exigimos, e o que oferecemos, tomando medidas robustas de apoio aos nossos munícipes.

Temos, desde logo, todo o apoio social que se traduz:

- nos apoios diretos a todos os alunos com oferta de material escolar, fichas de trabalho e crédito em cartão para despesas com educação;

2023.09.12

- nos acordos com IPSS, atores essenciais no panorama municipal, entidades recetoras de fundos por nós transferidos e que os transformam em ações de apoio e desenvolvimento social;
- nos subsídios que atribuímos a instituições de índole social mas também às organizações de carácter desportivo e recreativo, essenciais no desenvolvimento de atividades da promoção da saúde e bem-estar;
- no apoio prestado diretamente a pessoas socialmente mais vulneráveis, quer em termos financeiros quer com atividades e ações destinadas à população sénior;

Adicionalmente, o processo de transferência de competências, nomeadamente o que incidiu na área da educação, significa um aumento de investimento municipal pois depressa se concluiu que o envelope financeiro associado estava longe de corresponder às necessidades a nível de refeições escolares, transportes, recursos humanos e despesas correntes diversas. Claro está que nos colocamos de imediato na primeira linha para suprir tais necessidades, sem descurar ações de ressarcimento perante o governo central.

Ainda assim, sabemos que todo o nosso trabalho não é suficiente. Talvez nunca o será. No entanto, por via deste reconhecimento que está associado à escassez de recursos, tomamos medidas adicionais, colocando as taxas dos impostos municipais em patamares baixos, propondo hoje a manutenção desse panorama. Procuramos, assim e por várias vias, cumprir com o desenvolvimento municipal sem descurar os princípios da boa gestão autárquica, almejando sempre o aumento da qualidade de vida dos cidadãos valecambrenses, a satisfação de quem nos visita e o crescimento do nosso tecido empresarial.”

Durante a intervenção do Sr. Vice-Presidente, regressou à sessão, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, reassumindo a representação da Câmara Municipal.



O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra aos deputados municipais para se pronunciarem sobre o ponto em análise:

A Sr.ª D.M. Ana Raquel Tavares Pinheiro cumprimentou todos os presentes e afirmou que a sua intervenção seria transversal a todos os pontos, relativos à política fiscal, dizendo que a bancada do PS é a favor de se manterem as taxas e os impostos reduzidos, no Município, mas consideram que seja interessante e necessário conhecer a correlação e o impacto da política fiscal na política orçamental, ou seja no investimento da Câmara Municipal.

Tem conhecimento que a Câmara Municipal tem vindo a apresentar uma estrutura de custos fixos com tendência crescente, mas por outro lado a receita, apresenta uma política fiscal reduzida, face a esta constatação, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, se poderão chegar uma situação de desequilíbrio.

Na sua opinião a estratégia definida, de políticas fiscais baixas, por si só não tem resolvido os problemas do concelho, verificando-se o decréscimo de fixação dos jovens, bem como do tecido empresarial, por isso considerou imperativo que haja uma complementaridade desses valores e taxas com outras políticas, pelos motivos mencionados.

Por último informou que o sentido de voto da sua bancada, será a abstenção nesses quatro pontos.

O Sr. D.M. João Paulo Carvalho da Silva informou que o Município tem uma situação financeira muito boa, que lhe permite baixar os impostos, o que é bom para as famílias e para as empresas, e de facto quis ressaltar isso, porque nunca votariam contra uma descida de impostos, que vai ajudar muito as famílias e as empresas, que tanto precisam, e portanto a bancada do PSD irá votar favoravelmente essas propostas.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro, no uso da palavra, em resposta à questão colocada pela Sr.ª Deputada Municipal Ana Raquel Pinheiro,

2023.09.12

referente à existência de um desequilíbrio orçamental, afirmou que não será expectável que possa vir a existir qualquer desequilíbrio orçamental, porque a Câmara Municipal tem seguido nestes últimos anos, o rigor orçamental na recuperação da situação financeira do Município, e os Valecambrenses podem estar certos das boas contas que o Município apresenta.

Quanto à fixação dos jovens e a perda de população, durante uma série de anos houve a perda de população, mas atualmente o saldo é positivo, verificando-se um aumento da população no concelho, com o regresso de algumas famílias, e com a entrada de pessoas de outros países, que se fixam em Vale de Cambra para trabalhar, tendo as suas crianças a estudar.

Acrescentou que se tem verificado uma dinâmica nos investimentos da construção, por aquilo que se tem notado no serviço de obras particulares, com o número crescente de licenciamentos, revelando a apetência que o Município tem tido, por parte de alguns investidores.

Concluiu dizendo que as escolas tem um número crescente de alunos, e que a Câmara Municipal tem proporcionado uma política de fixação dos jovens de qualidade, no sentido de que eles se sintam todos bem no concelho, e em relação aos impostos em discussão, não haverá abaixamento nem subida, mantendo-se os mesmos valores para o próximo ano.

A Assembleia Municipal, com 4 abstenções, da bancada do PS e 24 votos a favor, deliberou por maioria dos 28 membros presentes, fixar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem/2024 em 0,25%, conforme deliberação da Câmara Municipal de 08/08/2023 e ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º1, do artigo 25.º, do RJAL.

Declaração de voto da bancada do PS: "As taxas e os impostos municipais são instrumentos de arrecadação de receita, para serem aplicados em investimento, isto é, no orçamento municipal. Fica a pergunta: Mantemos esta política, a

2023.09.12

Salientou que na Área Metropolitana do Porto, dos 17 concelhos que dela fazem parte, o concelho de Vale de Cambra é aquele que tem a segunda taxa de derrama mais baixa, apenas 1%, e também isenta todas as empresas que tenham um volume de negócios inferior a 150 mil euros .

Criticou a posição da bancada do PS, por terem optado pela abstenção, e por aquilo que já tinham argumentado, e se fosse ele tinha vergonha de votar a favor de taxas baixas, uma vez que o Partido Socialista que representam, está no Governo e tem mantido sempre ao longo do tempo as taxas de impostos extremamente elevadas.

Referiu que o Governo continua a manter a taxa do IRC aplicado às empresas nos 21%, mas a Câmara Municipal continua a apoiar as empresas ao contrário do Governo que mantém as taxas elevadas.

Em relação à situação financeira da Câmara Municipal, e à preocupação que pode haver na manutenção de baixas taxas de impostos para essa sustentabilidade, de acordo com informação recebida do Sr. Presidente da Câmara, o valor de empréstimos já é inferior ao valor das disponibilidades.

O Sr. D.M. João Paulo Carvalho da Silva disse que a sua colega de bancada Ana Rita Martins, tinha feito uma afirmação muito importante ao dizer que, uma redução de impostos sozinha não faz uma economia. Referiu ainda que o Sr. D.M. Dr. José Soares falou da redução de impostos e que Câmara Municipal é amiga das empresas, mas na sua opinião é importante perceber quantas empresas é que vieram para Vale de Cambra e quantas é que saíram, porque isso é que é o retrato da realidade que se vive no Município.

Considerou uma utopia dizerem que são amigos das empresas quando na prática isso não se traduz com mais postos de trabalho.

Concluiu que é importante que a carga fiscal seja reduzida, e que o Município atraia mais investimento e cresça, porque é isso que todos querem, para que haja



mais vantagens com a derrama, e mais dinheiro, ficando o Município a ganhar mais, do que se realmente não houvesse investimento.

A Sr.ª Deputada Municipal Ana Rita Fernandes Martins disse que o Sr. D.M. José Soares falou muito bem quando fez a comparação com a Área Metropolitana do Porto, mas também se esqueceu que Vale de Cambra é um concelho do interior, e no seu entendimento deveria ser comparado com outro concelho semelhante, como por exemplo o concelho de Sever do Vouga, que tem uma taxa de derrama de 0,39%, sendo um concelho vizinho que compete com o nosso.

Acrescentou que provavelmente os concelhos da Área Metropolitana não competem com o nosso concelho, como é do conhecimento do Sr. Deputado Municipal, e que também o nosso concelho não vai competir com os concelhos do Porto e de Gaia.

Em relação à questão dos impostos, considerou que uma isenção para as empresas que tenham um volume de negócios inferior a 150 mil euros, não é significativo.

Em relação ao facto de o Sr. Deputado ter referido que o CDS tinha taxas mais baixas que há nove anos atrás, informou que recorreu a uns gráficos do Pordata que tem a média da receita de impostos arrecadada no período entre 2009 e 2013, fez uma média e dá 3,317,000€. A média do CDS arrecadada entre 2013 e 2019 é 4,079,000€ ou seja taxas mais baixas, mas mais receita. Sobre esta receita perguntou ao deputado municipal José Soares qual foi o motivo deste valor, dizendo que se calhar lhe pode responder que o aumento destas receitas do PSD, foi ter feito investimentos que proporcionaram algo que levou ao aumento destas receitas. Questionou, então, onde é que está aplicação desta receita destes impostos que o CDS arrecadou, em investimento. Outro gráfico que mencionou foi das receitas de impostos em percentagem da receita total das Câmaras Municipais: em proporção, novamente a Câmara de Vale de Cambra

entre o período 2009 e 2013, uma média PSD e depois 2013 a 2019, uma média CDS; a média do PSD dá 20% ou seja o impacto que os impostos têm na receita do PSD, na altura a receita vinda dos impostos era 20% hoje em dia, neste período, para o CDS o impacto é de 27%, sendo isso que tem para dizer.

A Sr.ª Deputada Municipal Ana Raquel Tavares Pinheiro disse ao Sr. D.M. José Soares, que quando o CDS voltar ao Governo, ela depois também fará algum tipo de comparação, até lá fica-se pelos impostos de Vale de Cambra, e tratando-se de um projeto independente, até poderia concordar com ele, mas também não se revê.

O Sr. D.M. José António Abrantes Soares de Almeida afirmou que em relação à última questão, na sua opinião, o Partido Socialista devia ter pedido, porque quando foi a campanha eleitoral, estiveram três membros do Governo do Partido Socialista envolvidos na campanha local, e um deles foi o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais daquela altura, e ele esteve envolvido na campanha, e portanto, pode ser um projeto independente, mas ele esteve a par em videoconferência e foi o responsável durante muitos anos, e na altura, deviam-lhe ter falado sobre essa situação.

Em relação às afirmações proferidas pela Sr.ª Deputada Municipal Ana Rita Martins, no que diz respeito à questão da isenção para as empresas com volume de negócios inferior a 150 mil euros considerou que se calhar a Sr.ª Deputada não conhece é a lei das Finanças Locais, porque essa lei prevê que possa ser utilizada uma taxa reduzida ou uma isenção para as empresas com volume de negócios até 150 mil euros, e isso está claro e explícito na Lei das Finanças locais de 2013.

Quanto à comparação com os concelhos do interior, na sua perspetiva a referência deve ser feita à área onde o nosso concelho se encontra implantado, que é a Área Metropolitana do Porto.



Contrariamente ao que a oposição tentou insinuar, ao dizer que não tem havido crescimento, que as empresas estão a fugir e que o volume de negócios está a fugir, informou que desde 2021 até 2022 a receita da derrama aumentou quase 50%, portanto significa que no concelho foi criado mais valor durante o último ano, e quanto ao valor bruto da produção ou valor acrescentado bruto do concelho, pelas estatísticas verificou-se que tem aumentado ao longo dos anos, tendo aumentado também as exportações e os rendimentos do trabalho, e portanto Vale de Cambra, dentro da Área Metropolitana do Porto, tem o quarto melhor rendimento do trabalho per capita, e isso significa provavelmente que há mais empresas, ou pelo menos que as empresas que cá estão, estão a crescer e a desenvolver-se, e a distribuir riqueza.

Foi referido o aumento da receita com redução das taxas, isso também significa que tem havido crescimento e maior valor acrescentado, e também significa que se as taxas estão a reduzir e o montante arrecadado está a crescer, que a base de incidência está-se a alargar substancialmente ou seja a riqueza do concelho está-se a alargar substancialmente.

Também foi referido o rácio, entre as receitas fiscais e as receitas dos impostos municipais e que a receita total subiu de 20% para 27%, mas a Sr.ª Deputada esqueceu-se que na receita total estão englobados também os empréstimos contraídos.

A Sr.ª Deputada Municipal Ana Rita Fernandes Martins respondeu ao Sr. D.M. José Soares, que em relação à questão da Área Metropolitana, ambos tem perspectivas diferentes na comparação que fazem. Disse que Vale de Cambra está no distrito de Aveiro, e se poderia estar no distrito de Viseu, querendo dizer que às vezes pode-se não estar a comparar da melhor forma, pois que, aquele está a usar uma área que tem um crescimento e níveis de desenvolvimentos muito superiores aos de Vale de Cambra. Resumindo, disse que há umas exceções, e

2023.09.12

não estava a questionar se estavam bem ou mal colocados, pois que, o município pertence ao distrito de Aveiro e está na Área Metropolitana do Porto, podendo comparar Vale de Cambra com os concelhos vizinhos, Sever do Vouga, que são do distrito de Aveiro ou pode comparar com S. João da Madeira, que neste caso tem uma derrama superior. Disse que na Área Metropolitana, conforme aquele referiu, a derrama cresceu, que houve aumento, há crescimento, questionando se isso se deve principalmente ao esforço da Câmara ou ao esforço dos empresários, pois que, nas zonas industriais não tem havido alterações há anos, há industriais que querem crescer e não conseguem, se a receita respeitante derrama está subir, é graças aos lucros deles, é graças ao esforço deles.

No uso da palavra, o Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro informou que em Vale de Cambra não tem havido a falta da criação de postos de trabalho, havendo uma preocupação dos industriais, por não terem pessoas para trabalhar, sentindo dificuldade em encontrar mão de obra qualificada, sendo transversal aos vários setores de atividade.

Salientou que os investimentos novos no concelho são bem vindos e que muitos desses resultados dos impostos, se devem obviamente ao esforço dos empresários e à sua capacidade de diversificação, de exportação, mas entretanto a Câmara Municipal com a política de baixos impostos, tem vindo a recuperar em termos de receita, significando que o concelho se encontra estável e que tem vindo a crescer economicamente.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro, deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente, António Alberto Gomes, que informou, que ao contrário do habitual, ia fazer uma pequena correção, porque não gostou de umas afirmações que foram ditas, e referiu-se aos empresários, dizendo não pretendia retirar o mérito todo aos empresários, porque o mérito é todo deles, e o crescimento das empresas deve-se a eles, mas lembrou, que foi aprovada pela



Assembleia Municipal, a redução de 70% nas taxas, para que eles pudessem aumentar as suas instalações e tivessem menos custos, e também foi aprovado o aumento da taxa do índice de construção, para que eles pudessem construir ainda mais, dentro do terreno que já tinham, para poderem meter mais equipamentos e mais pessoas, e foram aprovados muitos processos e muitas alterações a loteamentos para permitir expandir as suas áreas de construção.

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou o ponto à votação:

A Assembleia Municipal, com 5 abstenções da bancada do PS e da D.M. Ana Rita Martins e 23 votos a favor, deliberou por maioria dos 28 membros presentes, aplicar a Taxa da Derrama, conforme a deliberação da Câmara Municipal de 08/08/2023 abaixo referida e ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 25.º do RJAL:

- 1% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre os rendimentos de pessoas coletivas (IRC), dos sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior superior a € 150.000,00;
- isentar os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse € 150.000,00;
- isentar os sujeitos passivos que se tenham instalado no concelho no período e aí tenham fixado a sua sede social, desde que tenham criado cinco ou mais postos de trabalho.

Declaração de voto da bancada do PS: "As taxas e os impostos municipais, são instrumentos de arrecadação de receita, para serem aplicados em investimento, isto é, no orçamento municipal, fica a pergunta, mantemos esta política.

A Câmara Municipal consegue arrecadar as receitas necessárias, para compensar os incrementos da despesa, que nitidamente vão ter que ser suportados?

Com base na informação disponível não sabemos, contudo para que fique claro, entendemos e somos a favor, de uma política fiscal reduzida.”

Declaração de voto da Deputada Municipal Ana Rita Fernandes Martins:“Eu, Ana Rita Martins, deputada eleita pela lista do PPD/PSD, decido-me abster perante a proposta do Executivo Municipal de manter a taxa da Derrama em 1% e de manter a participação do IRS em 2,5%. Primeiro, não é compreensível que a taxa de Derrama não sofra alterações desde 2019 (ano pré pandemia) e que a Participação variável no IRS se mantenha desde 2021, em contrapartida a receita vinda das mesmas taxas aumente de ano após ano.

Em segundo lugar a política fiscal por si só não resolve os problemas do Concelho, por isso deve ser articulada e estruturada com outras políticas integradoras e concertadas ao nível da Ação Social, Turismo, Educação, Investimento, com a criação de novas Zonas Industriais ou o alargamento das existentes, para atrair a criação de novas indústrias, o que iria gerar mais riqueza para o Concelho e alavancar um maior dinamismo na economia local.

Deste modo e face aos argumentos acima apresentados, reafirmo a minha opção pela abstenção.”

4. Participação variável no IRS (RCM 08/08/2023):

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra aos deputados municipais para se pronunciarem sobre o ponto em análise:

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro informou que a Câmara Municipal tem tido a preocupação de apoiar as famílias, e de aumentar a sua disponibilidade financeira e portanto abdica de 50% daquilo que é o valor por direito próprio e por legislação, a favor das famílias.

O Sr. D.M. José António Abrantes Soares de Almeida comentou que quando as taxas de impostos são mais baixas a oposição diz que é pouco relevante a



questão dos impostos, e se estivessem a discutir taxas próximas do máximo, provavelmente seria um assunto de grande relevância, porque na ótica da oposição, estariam a afastar todas as empresas e todos os cidadãos do nosso concelho. Relativamente à participação no IRS, o concelho de Vale de Cambra é o que tem a participação mais baixa no IRS em toda a Área Metropolitana do Porto, e de facto em Vale de Cambra são devolvidos 2,5% do IRS às pessoas residentes fiscais em Vale de Cambra, tendo sido no ano passado transferidos para as famílias do concelho cerca de 550 mil euros. A política fiscal que tem sido prosseguida ao longo de 10 anos por este executivo do CDS, tem sido uma política de favorecer as empresas e as famílias de forma gradual ou progressiva.

O Sr. D.M. José Hermínio Tavares Fernandes exemplificou que um agregado familiar, casado, único titular, com 12 mil euros de rendimento anual, paga cerca de 1000 mil euros de IRS e tem um benefício de 25€ euros, e um agregado familiar de 50 mil euros de rendimento, pagará à volta de 10,11 mil euros por ano, e tem um benefício fiscal de 2500€ euros.

A Sr.ª Deputada Municipal Ana Rita Fernandes Martins afirmou que não concorda com aquilo que o Sr. D.M. José Soares disse em relação à oposição não estar interessada em impostos baixos, porque anteriormente tinha dito, que apresentou uma proposta no ano passado que ainda baixava mais os impostos.

Frisou que não gostou de ouvir dizer que a oposição não está interessada em baixar impostos, porque da sua parte a oposição está interessada na baixa de impostos. Considerou que quanto mais baixos forem os impostos, melhor para os empresários, mas no seu entendimento e no contexto atual de Vale de Cambra, será mais importante outras coisas, do que baixar aquelas pequenas reduções, que tinha apresentado no ano passado.

O Sr. D.M. José António Abrantes Soares de Almeida, admitiu que talvez se tenha expressado mal ou foi mal entendido, mas o que referiu foi que quando se

2023.09.12

estavam a baixar os impostos municipais, que desvalorizavam a importância dessa redução e quando subiam valorizavam; como nunca subiu, não há essa experiência.

Referiu que o Sr. D.M. José Hermínio focou um aspeto que muito importante, e que de facto o IRS é um imposto progressivo, havendo pessoas que tem altos rendimentos que acabam por ter maior benefício, do que as pessoas que tem mais baixo rendimento, mas não há outra forma de ultrapassar essa situação e, não sendo possível a aplicação por escalões, claro que se torna injusto.

Exemplificou que no IMI, o concelho de Vale de Cambra, como muito outros concelhos do país, dão benefícios para as famílias que tenham dependentes, e tanto recebe ou tanto beneficia desse benefício uma família, que tenha um rendimento de um milhão de euros por ano, como uma que tem dez mil euros por ano, e portanto a mesma coisa no próprio IMI, uma pessoa que tenha um rendimento de 100 mil ou 200 mil euros, uma casa igual, paga tanto IMI como uma pessoa que tenha um rendimento de 10 mil euros, e que se calhar tem um crédito à habitação.

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Mesa colocou o ponto à votação:

A Assembleia Municipal, com 5 abstenções, da bancada do PS e da D.M. Ana Rita Martins e 23 votos a favor, deliberou por maioria dos 28 membros presentes, fixar a taxa de participação do Município no IRS em 2,5%, conforme deliberação da Câmara Municipal de 08/08/2023 e ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º1 do artigo 25.º do RJAL. -----

Declaração de voto da bancada do PS: “As taxas e os impostos municipais, são instrumentos de arrecadação de receita, para serem aplicados em investimento, isto é, no orçamento municipal, fica a pergunta, mantemos esta política.



A Câmara Municipal consegue arrecadar as receitas necessárias, para compensar os incrementos da despesa, que nitidamente vão ter que ser suportados?

Com base na informação disponível não sabemos, contudo para que fique claro, entendemos e somos a favor, de uma política fiscal reduzida.”-----

Declaração de voto da Deputada Municipal Ana Rita Fernandes Martins: “Eu, Ana Rita Martins, deputada eleita pela lista do PPD/PSD, decido-me abster perante a proposta do Executivo Municipal de manter a taxa da Derrama em 1% e de manter a participação do IRS em 2,5%. Primeiro, não é compreensível que a taxa de Derrama não sofra alterações desde 2019 (ano pré pandemia) e que a Participação variável no IRS se mantenha desde 2021, em contrapartida a receita vinda das mesmas taxas aumente de ano após ano.

Em segundo lugar a política fiscal por si só não resolve os problemas do Concelho, por isso deve ser articulada e estruturada com outras políticas integradoras e concertadas ao nível da Ação Social, Turismo, Educação, Investimento, com a criação de novas Zonas Industriais ou o alargamento das existentes, para atrair a criação de novas indústrias, o que iria gerar mais riqueza para o Concelho e alavancar um maior dinamismo na economia local.

Deste modo e face aos argumentos acima apresentados, reafirmo a minha opção pela abstenção.”

5. IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis (RCM 08/08/2023):

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro dizendo este que a proposta é a de se manter a taxa que está em vigor, mantendo também a dos prédios rústicos que não tem expressão, em termos de resultados financeiros, 0,3% para os prédios urbanos e depois uma dedução, em função do número de dependentes a cargo.

A Assembleia Municipal, com 4 abstenções da bancada do PS e 24 votos a favor, deliberou por maioria dos 28 membros presentes, fixar o valor anual da taxa do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, conforme deliberação da Câmara Municipal de 08/08/2023 e ao abrigo da alínea d) do n.º1 do artigo 25.º do RJAL:

Prédios rústicos: 0,8%;

Prédios urbanos = 0,3%, nos termos do art.º 112 do CIMI;

Redução da taxa do IMI de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 112.º-A, do CIMI, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar:

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais	70

Declaração de voto da bancada do PS: “As taxas e os impostos municipais, são instrumentos de arrecadação de receita, para serem aplicados em investimento, isto é, no orçamento municipal, fica a pergunta, mantemos esta política.

A Câmara Municipal consegue arrecadar as receitas necessárias, para compensar os incrementos da despesa, que nitidamente vão ter que ser suportados?

Com base na informação disponível não sabemos, contudo para que fique claro, entendemos e somos a favor, de uma política fiscal reduzida.”

Por impedimento legal, ausentaram-se o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Paiva, e o deputado municipal José Soares Almeida.

A CONDUÇÃO DOS TRABALHOS DA SESSÃO FOI ASSUMIDA PELO 1º SECRETÁRIO, JORGE MANUEL SANTOS SILVA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 2 DO ARTIGO 4º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.



6. Aprovação do compromisso plurianual relativo ao Acordo de parceria a realizar com a Cooperativa Academia de Música de Vale de Cambra 2023/2024, no âmbito das Atividade Extra Curriculares (RCM 22/08/2023):

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro disse que se trata somente da aprovação do compromisso plurianual de uma despesa que tem início em 2023 e se estenderá até 2024, e corresponde a um acordo estabelecido com a Academia de Música, no âmbito das AECs - Atividades Extra Curriculares, em que a Academia de Música será a entidade que prestará serviço à Câmara Municipal nesse âmbito, competência assumida pelas Câmaras Municipais, no âmbito da descentralização na área da educação.

A Sr.ª Deputada Municipal Ana Raquel Tavares Pinheiro sugeriu que o acordo estabelecido com a Academia de Música, seja efetuado numa perspetiva de longo prazo, estabelecendo-se bem as bases, com um prazo temporal mais extenso, para dar estabilidade, fomentar a confiança e a agilidade dos processos.

A sua bancada votará favoravelmente, porque estará sempre ao lado da promoção da educação, da cultura e das artes.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal pediu a palavra para fazer um pequeno esclarecimento e, no uso da palavra disse que no momento, estava em causa é a assunção do compromisso plurianual, estritamente para esses dois anos, sabendo-se que um serviço de AECs não é só para dois anos, ou seja o que é solicitado à Assembleia Municipal, por força da legislação, é que essa despesa seja permitida executar para este ano e no ano seguinte, porque este acordo pressupõe dois anos, agora as atividades extra curriculares elas serão para este ano, para o ano seguinte, para o outro, mas obviamente que no próximo ano letivo estaremos aqui novamente a a pedir exatamente a mesma coisa, não

2023.09.12

invalidando que este trabalho de continuidade e com o qual concorda em absoluto, possa perdurar no tempo e possa permitir dar os seus frutos *à la longue* fazendo sentido o que a D.M acabou de dizer, sendo também esse o seu entendimento.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos 26 membros presentes, aprovar o compromisso plurianual do Acordo de Parceria a celebrar com a Cooperativa Academia de Música de Vale de Cambra, CRL, para a implementação de projeto para o desenvolvimento da atividade de enriquecimento curricular de "Música" no ano letivo de 2023-2024, conforme deliberação da Câmara Municipal de 22/08/2023 e de acordo com o disposto na alínea c) do n.º1, do artigo 6.º da Lei 8/2012 e suas alterações.

Regressaram à sessão o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Paiva, e o deputado municipal José Soares Almeida.

A CONDUÇÃO DOS TRABALHOS DA SESSÃO FOI REASSUMIDA PELO SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

7. Mapa de Pessoal 2023 – 2.ª alteração (RCM 05/09/2023):

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro, no uso da palavra, disse ter sido publicado recentemente um Aviso, aberto aos municípios do continente designado programa radar social que visa fazer a ponte entre aquilo que são as várias valências que agora existem no âmbito da descentralização e fazer também esta articulação com o instituto da segurança social. É um serviço de articulação, um serviço complementar de apoio aos novos e grandes desafios que resultantes do processo da descentralização. Tem um período de duração de 27 meses e pressupõe como uma condição obrigatória, que as Câmaras Municipais tenham no quadro do pessoal dois lugares para este fim específico, para que a Câmara Municipal possa apresentar a candidatura nesta área social que é cada vez mais uma área muito exigente.



O Sr. D.M. José Hermínio Tavares Fernandes elogiou a Câmara Municipal, por aproveitar os fundos comunitários para fortalecer os seus quadros, e fez um reparo à Câmara Municipal, porque só agora é que abriu uma vaga no gabinete de comunicação e protocolo, com um leque de formação mais abrangente, como foi sugerido de forma construtiva pelo vereador Tiago Fernandes.

Lembrou que a sua bancada se disponibiliza para construir e colaborar.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos 28 membros presentes, aprovar a 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal de 2023, conforme deliberação da Câmara Municipal de 05/09/2023, e de acordo com o disposto na alínea o) do n.º1, do artigo 25.º, do RJAL.

8. Tabela de taxas do Município de Vale de Cambra – Alteração (RCM 05/09/2023):

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro, no uso da palavra, disse que se trata apenas da inclusão de um valor para as 2ª vias dos cartões escolares e um adicional na refeição de 0,30€ valores vertidos nesta proposta de alteração da tabela de taxas.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos 28 membros presentes, aprovar a alteração à Tabela de Taxas do Município de Vale de Cambra, conforme deliberação da Câmara Municipal de 05/09/2023 e de acordo com o disposto nas alíneas b) e g) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL.

9. Regulamento das Festas de Santo António do Município de Vale de Cambra – Alteração (RCM 05/09/2023):

O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Vereador André Silva, que explicou que havia a necessidade de adaptar o regulamento das festas de Santo António, de forma a tornar a organização da festa mais lógica e também adequada ao contexto atual, no que concerne ao espaço público e à vendas ambulantes.

2023.09.12

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos 28 membros presentes, aprovar a alteração ao Regulamento das Festas de Santo António do Município de Vale de Cambra, conforme deliberação da Câmara Municipal de 05/09/2023 e de acordo com o disposto nas alíneas b) e g) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL.

Ausentou-se da sessão o Sr. Deputado Municipal e Presidente da União de freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, Manuel Correia de Campos.

10. Adenda ao contrato interadministrativo celebrado em 29-04-2016, com a União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho: gestão e conservação do Cemitério Municipal e Capela/Casa Mortuária (RCM 05/09/2023):

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro, no uso da palavra, explicou que se pretende somente fazer a atualização do valor a transferir para a União de freguesias, com vista a assegurar o serviço de manutenção e de acompanhamento diário no cemitério municipal, bem como na limpeza e higiene das casas de banho, e na capela mortuária de Vila Chã, sendo esse serviço delegado e protocolado com a União de freguesias, desde 2016 sem alterações.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos 27 membros presentes, aprovar a Adenda ao contrato interadministrativo celebrado em 29/04/2016 com a União das freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, de gestão e conservação do Cemitério Municipal e Capela/Casa Mortuária, conforme deliberação da Câmara Municipal de 05/09/2023 e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL.

Regressou à sessão o Sr. Deputado Municipal e Presidente da União das freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, Manuel Correia de Campos.



Ausentaram-se da sessão os Sr.s Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia, Arménio Tavares Lige, Nelson Fernandes de Almeida e António Luís Martins da Costa.

11. Contratos interadministrativos de delegação de competências nas freguesias de Arões, Cepelos e Rôge (transportes escolares) (RCM 05/09/2023):

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro, no uso da palavra, informou que à semelhança de anos anteriores a Câmara Municipal tem um parceiro privilegiado nos transportes escolares que são as freguesias de Arões, Cepelos e de Rôge que colaboram dia a dia no transportes das crianças, e foram consensualizados com as três freguesias, os valores a transferir pela prestação desse mesmo serviço, trata-se de um contrato interadministrativo de delegação de competências, a celebrar com cada uma das três freguesias.

O Sr. D.M. Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho afirmou que a sua bancada concorda com a celebração desses contratos, pois são uma forma de ajudar as famílias e as crianças do concelho, não são contra nenhuma das freguesias e estarão sempre ao lado de todas.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos 25 membros presentes, aprovar ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I, da Lei 75/2013 de 12 de setembro, e suas alterações, os Contratos interadministrativos de delegação de competências nas freguesias de Arões, Cepelos e Rôge (transportes escolares), conforme deliberação da Câmara Municipal de 05/09/2023.

Regressaram à sessão os Sr.s Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia, Arménio Tavares Lige, Nelson Fernandes de Almeida e António Luís Martins da Costa.

2023.09.12

Pelas 23 horas e 59 minutos, atendendo ao adiantar da hora, e uma vez que o n.º 1, do artigo 13.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Vale de Cambra, refere que a Assembleia Municipal, não pode prolongar-se para além das 24 horas, salvo deliberação expressa do plenário, a Mesa propôs que se deliberasse a continuação da sessão, para esgotar os pontos que ainda faltavam.

A continuação da sessão foi votada por unanimidade dos 28 membros presentes.

12. Empreendimentos de carácter estratégico – reconhecimento de interesse público estratégico do imóvel/terreno classificado parcialmente como equipamento no Plano Diretor Municipal e identificado na Estratégia Local de Habitação para promover a construção de habitação social (RCM 05/09/2023):

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro, no uso da palavra, informou que a Câmara Municipal tem uma candidatura e uma estratégia local de habitação, que se encontra numa fase de implementação. Disse ter sido definida uma estratégia, e ficou concluído o trabalho na área social, faltando a concretização das construções, que implicam a elaboração de projetos, a sua submissão ao IRHU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, para que essas candidaturas possam ser aprovadas.

Acrescentou que também foi submetida uma candidatura para a construção de 20 fogos, e para mais algumas construções ao longo do concelho, num terreno que está indicado para a estratégia local de habitação, como local privilegiado para a construção de mais um conjunto de fogos, tendo esse terreno uma condicionante no PDM, está classificado parcialmente em área de equipamento. Para que esse problema possa ser ultrapassado, surge a presente proposta da declaração de interesse estratégico, para que seja declarado o interesse estratégico, na sua



utilização para construção de habitação, e para que seja possível avançar o mais rapidamente possível com a elaboração do respetivo projeto.

Por fim referiu que o reconhecimento de interesse público estratégico deve ser deliberado pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal nos termos do n.º 1 e n.º 4 do artigo 101-B do Regulamento do PDM.

O Sr. D.M. Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho disse que a sua bancada iria votar a favor do ponto 12 como é óbvio, e desejam que a Câmara Municipal consiga esse projeto para o concelho. Chamou à atenção para os tempos apertados, que decorrem entre a preparação do projeto e a sua construção, por se tratar de um apoio comunitário ligado ao PRR.

O Sr. D.M. José António Abrantes Soares de Almeida dirigiu-se ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, dizendo que é com muita satisfação que a bancada do CDS apoia o desenvolvimento da estratégia local de habitação, e perguntou se a afetação à construção de habitação não põe em causa, as áreas de reabilitação urbana e o programa do ARU.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro explicou que a estratégia local de habitação, na sua opinião não conflitua com as ARUs, porque as ARUs Áreas de Reabilitação Urbana são vocacionadas para a reabilitação e requalificação do edificado, não para construções novas.

Esclareceu que a Câmara Municipal é proprietária de um terreno, e que uma parte desse terreno vai ser afetada para a estratégia local de habitação, e a outra parte sobrança com uma área considerável, ficará disponível para outros investimentos que se justifiquem, nomeadamente habitações a custos controlados ou para outro fim que o Município entenda dar seguimento.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos 28 membros presentes, reconhecer de interesse público estratégico na construção do edifício no imóvel sito na Rua Guerra Junqueiro, freguesia de Macieira de Cambra, como

empreendimento de habitação social de carácter estratégico, nos termos do artigo 101.º-B do regulamento do PDM, conforme deliberação da Câmara Municipal de 05/09/2023 e de acordo com a informação técnica que se transcreve:

“1- Enquadramento do imóvel na Estratégia Local de Habitação para o Município de Vale de Cambra (ELH VC)

O 1.º Direito, programa de apoio ao acesso à habitação, visa apoiar a promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo de acesso a uma habitação adequada.

O Programa assenta numa dinâmica promocional predominantemente dirigida à reabilitação do edificado e ao arrendamento.

Aposta também em abordagens integradas e participativas que promovam a inclusão social e territorial, mediante a cooperação entre políticas e organismos setoriais, entre as administrações central, regional e local e entre os setores público, privado e cooperativo.

O financiamento do Programa 1.º Direito foi reforçado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), e passou a conceder apoios a fundo perdido, quando cumpridos os requisitos das candidaturas no âmbito do PRR.

Podem beneficiar do programa todas as pessoas que vivam em condições indignas e que estejam em situação de carência financeira.

O Município de Vale de Cambra, por forma a ser elegível ao programa, elaborou a Estratégia Local de Habitação para o Município de Vale de Cambra (ELH VC).

2- Identificação do imóvel e função social a desempenhar

Na ELH VC está prevista a construção de um edifício com 13 fogos destinado à habitação social, por forma a albergarem agregados familiares identificados pela C.M. - DASE, em atual situação de insalubridade e insegurança ou em situação de precariedade, uma vez que estes residem em sítios sem condições mínimas

de habitabilidade e/ou sem segurança estrutural, o que não lhes permite auferir de condições dignas.

O imóvel em questão encontra-se em posse do Município de Vale de Cambra e localiza-se lateralmente ao edifício da GNR, com frente para a Rua Guerra Junqueiro, tal como demonstrado na Figura 1.



Figura 1 – Localização do imóvel

3 -Enquadramento do imóvel no Plano Diretor Municipal (PDM)

Na planta de ordenamento do Plano Diretor Municipal PDM, o imóvel encontra-se classificado em Solo Urbano, parcialmente em área urbanizada e em área de equipamento, de acordo da Figura 2.



Figura 2 – Enquadramento do imóvel no PDM

4- Imóvel de carácter estratégico

De acordo com o PDM, o imóvel encontra-se parcialmente classificado em área de equipamento, como já referido, no entanto, de acordo com artigo 101.º-B do regulamento do PDM, este pode, desde que declarado empreendimento de carácter estratégico, ser afeto a outros fins, nomeadamente, empreendimento de habitação social.”

13. Eleição de um Presidente de Junta e seu substituto (também Presidente de Junta), para representar as Juntas de Freguesia do Município, no XXVI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses dia 30 de setembro de 2023:

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, informou os presentes da realização do XXVI Congresso da ANMP que se realizará no próximo dia 30 de setembro, havendo necessidade de eleger um Presidente de Junta e seu substituto (também Presidente de Junta).

De seguida apresentou a proposta com a indicação do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira, Henrique Martins Pereira e como seu substituto, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Arões, Arménio Tavares Lige, designada Lista A.

Após voto por escrutínio secreto, dos 28 deputados municipais presentes, Assembleia Municipal deliberou, com 26 votos a favor, 1 voto em branco e 1 voto contra, eleger para participar no XXVI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, o Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira, **Henrique Martins Pereira** e como seu substituto o Presidente da Junta de Freguesia de Arões, **Arménio Tavares Lige**.

- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** de harmonia com o número 1 do artigo 49.º, do anexo I, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e suas alterações.

Não se registaram inscrições por parte do público presente.



A Assembleia Municipal, após votação separada, deliberou, por unanimidade dos 28 membros presentes, aprovar em minuta todas as deliberações tomadas na sessão, aprovando de igual modo o respetivo texto de acordo com a minuta da ata que lhes foi distribuída.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, com a presença no Salão Nobre de 28 deputados municipais, deu por concluídos os trabalhos e encerrou a sessão pelas 00 horas e 16 minutos, da qual se lavrou a presente minuta da ata que vai ser assinada por si e pelos Secretários da Mesa.

O Presidente

O 1.º Secretário

A 2.ª Secretária

2023.09.12

-

.